

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES NOS CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS: DIREITO E EDUCAÇÃO EM FOCO



Rogério Lopes Nicácio e colaboradores (Orgs.)



**DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES NOS
CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS:
DIREITO E EDUCAÇÃO EM FOCO**

Todos os elementos dispostos em tal produção são de total responsabilidade dos autores

Licença Creative Commons Atribuição-SemDerivações 4.0 Internacional.

Comissão Editorial:

*Dr Leonardo da Silva Alves
Dr Sérgio Ricardo da Costa Simplicio
Es Michelly Rayane Romualdo Branco
Ms Alan Douglas Santiago
Dr Magno Alexon Bezerra Seabra
Esp. Marcos Vitor Costa Castelhana
Ms Maria José Bezerra da Silva
Profa. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves
Ms José Fabio Bezerra da Silva.
Dr Lucas Gomes de Medeiros
Dr Hamilton José Werneck Mouta.
Dra. Lauriceia Galdino dos Santos
Dr. José de Sousa Campos Júnior
Esp. Damiana dos Santos Junqueira
Dr. Iure Coutre Gurgel*

Nosso maior objetivo é construir meios significativos de difusão e distribuição de trabalhos acadêmicos capazes de consolidar os enfoques científicos na contemporaneidade.

Equipe da CTP

Rogério Lopes Nicácio
Rita De Cassia De Sousa Barbosa
Flamarion Rogers de Macedo
Patrício Borges Maracajá
Aline Carla De Medeiros
Flávio Franklin Ferreira De Almeida
Adaci Estevam Ramalho Neto
Jordanha da Silva Leandro
Marcos Vitor Costa Castelhana
Olendina Bonet de Queiroz
Maria Moraes de Oliveira Alves
(Orgs.)

**DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES NOS CENÁRIOS
CONTEMPORÂNEOS: DIREITO E EDUCAÇÃO EM FOCO**

**EDIÇÃO 1
CTP EDITORA
SÃO BENTO-PB
2026**

2026 - Edição Brasileira

by CTP

Autores - Todos os direitos reservados

Contemporânea: Agência Educacional - CTP Editora

CNPJ: 46.679.708/0001-11

E-mail: contemporaneasrtigos23@outlook.com

Telefone: (83) 99840-0598

São Bento - PB - Brasil

Editor-Chefe: Marcos Vitor Costa Castelhana

Diagramação: Marcos Vitor Costa Castelhana

Revisão de texto: Autores

Capa: Gabriela Gomes Maranhão

Produtor Editorial: José Fábio da Silva

DOI: 10.18378/gvaa-978-65-83034-34-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D536

Diálogos interdisciplinares nos cenários contemporâneos [livro eletrônico] : direito e educação em foco / organizado por Rogerio Lopes Nicácio... [et al.]. – 1. ed. – São Bento, PB: CTP Editora, 2026.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-83034-34-2

1. Educação – Interdisciplinaridade. 2. Direito – Sociedade contemporânea. 3. Políticas públicas – Formação acadêmica. I. Nicácio, Rogerio Lopes. II. Barbosa, Rita de Cassia de Sousa. III. Macedo, Flamarion Rogers de. IV. Maracajá, Patrício Borges. V. Medeiros, Aline Carla de. VI. Almeida, Flávio Franklin Ferreira de. VII. Neto, Adaci Estevam Ramalho. VIII. Leandro, Jordana da Silva. IX. Castelhana, Marcos Vitor Costa. X. Queiroz, Olendina Bonet de. XI. Alves, Maria Moraes de Oliveira.

CDD 340.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
--------------------------	----------

CAPÍTULO 1- PSICOLOGIA DO ANTAGONISMO FISCAL: UMA ANÁLISE TRANSDISCIPLINAR DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS E DA NARRATIVA 'RICOS VS. POBRES' NO BRASIL.....	9
--	----------

CAPÍTULO 2- AFETIVIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA PSICOPEDAGOGIA.....	33
---	-----------

CAPÍTULO 3- O PROFESSOR ENQUANTO AGENTE LIBERTADOR NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: INTERLOCUÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS NAS EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS.....	53
---	-----------

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	61
------------------------------------	-----------

APRESENTAÇÃO

A presente obra reúne um conjunto de materiais científicos voltados as lógicas interdisciplinares nos diálogos científicos na contemporaneidade, englobando estudos acadêmicos associados as áreas da Educação e do Direito. Vale ressaltar que a presente organização de livro foi elaborada através da parceria entre colaboradores da Faculdade Sucesso – FACSU, membros e pesquisadores da Revista Educação Contemporânea – REC e membros ativos da Editora Verde – GVAA.

Tenham todos uma ótima leitura!

CAPÍTULO 1- PSICOLOGIA DO ANTAGONISMO FISCAL: UMA ANÁLISE TRANSDISCIPLINAR DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS E DA NARRATIVA 'RICOS VS. POBRES' NO BRASIL¹

Lisbino Geraldo Miranda do Carmo

Doutorando em Educação pela World University Ecumenical – Miami. Mestre em Direito Internacional pela Universidade Autónoma de Asunción -UAA-PY, convalidado pela Universidade da Amazônia – UNAMA; Especialista em Direitos Humanos pelas Faculdades Integradas Brasil-Amazônia – FIBRA, Especialista em Direito Processual Civil pela Escola Superior de Magistratura do Pará; Especialista em Direito Penal e Processual Penal e Especialista em Direito Tributário pela Universidade da Amazônia – UNAMA; Professor de Direito Tributário na Universidade da Amazônia e Analista Judiciário no TJPA. E-mail: lisbinounama@gmail.com/ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2581-5789/> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6182097085008910>. Membro do Grupo GEPCEND – Grupo de estudos e pesquisa Constituições, Estruturalismo e Novos Direitos. PPGDF - @unama_gepcend e Membro do Grupo de Estudos Direitos Humanos, Sustentabilidade Ambiental e Sócioeconomia (DHSAS)– PPGDF UNAMA.

Raimundo Moreira Braga Neto

Especialista em Direito Constitucional pela LFG e em Processo Civil pela Escola Superior de Magistratura do Estado do Pará. Graduado em Direito pela UFPA. Analista Judiciário no TJPA.

RESUMO: O Imposto sobre Grandes Fortunas representa uma das questões tributárias mais controversas do ordenamento jurídico brasileiro, permanecendo em estado de latência normativa há mais de três décadas. Esta pesquisa investiga como o discurso político de antagonismo social utilizado para legitimar a criação do IGF no Brasil gera condições psicológicas para sua própria ineficácia econômica e social. O objetivo geral consiste em analisar, sob ótica transdisciplinar entre Direito Tributário e Psicologia Social, de que forma a narrativa "ricos versus pobres" influencia comportamentos econômicos concretos. Os objetivos específicos abrangem: mapear a construção do "inimigo fiscal" como estratégia de mobilização social; analisar reações psicológicas dos agentes econômicos à tributação punitiva mediante Teoria do Prospecto e Reatância Psicológica; e sintetizar a relação causal entre discurso político e ineficácia fiscal. A metodologia caracteriza-se como pesquisa aplicada, com objetivos explicativos, orientada pelo método hipotético-dedutivo, baseando-se em pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados confirmam a hipótese de que a estratégia discursiva de antagonismo de classes cria ambiente psicológico de ameaça percebida que desencadeia aversão à perda e reatância psicológica, resultando em fuga de capital e retração de investimentos que invalidam os objetivos redistributivos. A experiência internacional, particularmente o caso francês, comprova empiricamente esta relação causal. Conclui-se que o IGF brasileiro se configura como "tributo simbólico" cujo valor comunicativo supera sua função arrecadatória, criando

¹ O presente artigo foi publicado na REDES - Revista Educacional da Sucesso, sendo lançado como capítulo de livro, visando a difusão do seu conteúdo, tendo como referência original: CARMO, Lisbino Geraldo Miranda do; BRAGA NETO, Raimundo Moreira. Psicologia do antagonismo fiscal: uma análise transdisciplinar do imposto sobre grandes fortunas e da narrativa "ricos vs. pobres" no Brasil. REDES - Revista Educacional da Sucesso, v. 5, n. 2, 2025.

paradoxo onde a eficácia do discurso é inversamente proporcional à efetividade econômica prática.
Palavras-chave: Imposto sobre Grandes Fortunas. Psicologia Social. Antagonismo fiscal. Teoria do Prospecto. Reatância Psicológica.

ABSTRACT: The Wealth Tax represents one of the most controversial tax issues in the Brazilian legal system, remaining in a state of normative latency for over three decades. This research investigates how the political discourse of social antagonism used to legitimize the creation of the Wealth Tax in Brazil generates psychological conditions for its own economic and social ineffectiveness. The general objective consists of analyzing, from a transdisciplinary perspective between Tax Law and Social Psychology, how the "rich versus poor" narrative influences concrete economic behaviors. The specific objectives encompass: mapping the construction of the "fiscal enemy" as a social mobilization strategy; analyzing psychological reactions of economic agents to punitive taxation through Prospect Theory and Psychological Reactance; and synthesizing the causal relationship between political discourse and fiscal ineffectiveness. The methodology is characterized as applied research, with explanatory objectives, guided by the hypothetical-deductive method, based on bibliographic and documentary research. The results confirm the hypothesis that the discursive strategy of class antagonism creates a psychological environment of perceived threat that triggers loss aversion and psychological reactance, resulting in capital flight and investment retraction that invalidate redistributive objectives. International experience, particularly the French case, empirically proves this causal relationship. It is concluded that the Brazilian Wealth Tax configures as a "symbolic tax" whose communicative value surpasses its revenue function, creating a paradox where discourse effectiveness is inversely proportional to practical economic effectiveness.

Keywords: Wealth Tax. Social Psychology. Fiscal antagonism. Prospect Theory. Psychological Reactance.

INTRODUÇÃO

O Imposto sobre Grandes Fortunas representa uma das questões tributárias mais controversas do ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo. Previsto no artigo 153, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, este tributo permanece em estado de latência normativa

- condição jurídica caracterizada pela existência de previsão constitucional desprovida de regulamentação infraconstitucional que lhe confira eficácia plena - há mais de três décadas, aguardando regulamentação por lei complementar que defina suas bases de cálculo, contribuintes e demais elementos estruturantes.

Durante este período, o debate sobre sua implementação transcendeu os círculos acadêmicos e técnicos para se consolidar como uma pauta recorrente no discurso político nacional, especialmente em períodos eleitorais e de transição governamental. A discussão assumiu contornos que extrapolam a mera análise tributária, convertendo-se em instrumento de mobilização social e polarização política através de uma narrativa específica que contrapõe classes sociais, estabelecendo uma dicotomia entre "ricos" e "pobres" como fundamento de legitimação popular para o tributo.

Esta estratégia discursiva, embora eficaz para mobilizar apoio popular, apresenta consequências práticas que merecem análise aprofundada. A experiência internacional demonstra que impostos similares enfrentaram obstáculos relacionados não apenas à sua complexidade administrativa, mas também às reações comportamentais dos contribuintes, incluindo estratégias de elisão, evasão e deslocalização de ativos. No contexto brasileiro, observa-se fenômeno particular: a persistente discussão sobre o tema, combinada com a retórica de confronto social, pode estar produzindo efeitos adversos similares aos observados em outras jurisdições, mesmo antes da efetiva implementação do tributo.

O problema central desta investigação questiona de que maneira a estratégia discursiva de antagonismo de classes, utilizada para promover o Imposto sobre Grandes Fortunas, influencia psicologicamente o comportamento dos agentes econômicos a ponto de comprometer a própria efetividade da política tributária. Esta indagação surge da observação de um aparente paradoxo: quanto maior a intensidade do discurso de legitimação social do tributo, maiores parecem ser as reações de aversão e resistência por parte dos potenciais contribuintes. A questão assume relevância particular no contexto brasileiro, onde a necessidade de ampliação da base tributária e de medidas redistributivas coexiste com a imperativa atração de investimentos e estímulo ao crescimento econômico.

A hipótese que orienta este trabalho sustenta que a utilização da narrativa política de antagonismo de classes para legitimar popularmente o Imposto sobre Grandes Fortunas cria um ambiente psicológico de ameaça e injustiça percebida entre os agentes econômicos visados. Este ambiente desencadeia respostas comportamentais previsíveis, notadamente a aversão à perda e a reatância psicológica, que resultam em fuga de capital e retração de investimentos, invalidando, na prática, os objetivos econômicos e sociais do próprio tributo. A hipótese fundamenta-se na premissa de que as decisões econômicas não são puramente racionais, mas significativamente influenciadas por fatores psicológicos e sociais que podem ser ativados ou intensificados por estratégias comunicativas específicas. Desta forma, o discurso político não seria apenas um meio de comunicação sobre a política fiscal, mas um elemento constitutivo de sua eficácia ou ineficácia.

A verificação desta hipótese demanda abordagem transdisciplinar que

combine os instrumentais analíticos do Direito Tributário e da Psicologia Social para compreender como narrativas políticas influenciam comportamentos econômicos concretos.

A relevância social do presente estudo ancora-se na proeminência do debate público sobre a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil contemporâneo. A tributação do grande patrimônio tornou-se pauta central na arena política, transcendendo a análise tributária para se converter em poderoso instrumento de comunicação política. Esta temática manifesta-se frequentemente através de narrativa de antagonismo entre classes sociais que apela a um sentimento coletivo de justiça e equidade, mas carece de debate aprofundado sobre suas reais consequências econômicas e sociais.

Do ponto de vista econômico, a relevância é premente. Em um país com desafios crônicos de crescimento e necessidade de atração de investimentos, a simples discussão sobre a criação de um tributo sobre o estoque de riqueza gera um clima de insegurança jurídica que pode inibir a poupança interna e afugentar o capital externo. As experiências internacionais apontam para um baixo potencial arrecadatório que contrasta com os custos administrativos de implementação e fiscalização, e para um risco de fuga de capitais e de ativos produtivos, fenômeno que pode comprometer a capacidade de investimento das empresas, com consequente impacto na geração de empregos e na dinâmica econômica.

Sob perspectiva social, o estudo investiga como uma política proposta para mitigar a desigualdade pode, paradoxalmente, aprofundar outros problemas. A promoção de um discurso de confronto pode erodir a coesão social, minar a confiança nas instituições e substituir um debate cidadão sobre a eficiência do gasto público por uma busca simplista por um "inimigo" a ser punido. Portanto, analisar este fenômeno é fundamental para qualificar o debate público, oferecendo perspectiva crítica que avalia não apenas a intenção da política, mas seus previsíveis efeitos colaterais na estabilidade política, econômica e social do país.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar, sob uma ótica transdisciplinar entre o Direito Tributário e a Psicologia Social, de que forma o discurso político de antagonismo social, utilizado para justificar a criação do IGF no Brasil, gera as condições psicológicas para a sua própria ineficácia econômica e

social. Para alcançar este propósito, estabeleceram-se três objetivos específicos que estruturam o desenvolvimento do trabalho.

O primeiro objetivo visa mapear a construção do "inimigo fiscal" como estratégia de mobilização social, analisando o discurso político-midiático que promove o imposto e aplicando conceitos da Psicologia Social para explicar sua eficácia em gerar apoio popular. O segundo objetivo propõe analisar as reações psicológicas dos agentes econômicos à tributação de caráter punitivo, utilizando teorias como a do Prospecto e da Reatância Psicológica para explicar as causas dos comportamentos de fuga de capital e desinvestimento. O terceiro objetivo busca sintetizar a relação de causalidade entre o discurso político e a ineficácia da política fiscal, demonstrando como a estratégia de mobilização se torna o gatilho direto para as reações comportamentais adversas.

Metodologicamente, o trabalho caracteriza-se como pesquisa de natureza aplicada, com objetivos explicativos, orientada pelo método hipotético-dedutivo. Os procedimentos técnicos baseiam-se em pesquisa bibliográfica e documental, abarcando literatura acadêmica do Direito Tributário, Psicologia Social e Ciência Política, bem como análise de artigos jornalísticos, projetos de lei e discursos políticos. A abordagem transdisciplinar será operacionalizada mediante aplicação de teorias psicológicas como ferramentas analíticas para interpretar o fenômeno jurídico-político, com foco na demonstração de nexos causais entre discurso e comportamento econômico.

O trabalho estrutura-se em três capítulos correspondentes aos objetivos específicos: o primeiro examina a construção discursiva do inimigo fiscal; o segundo analisa as reações psicológicas à tributação punitiva; e o terceiro sintetiza o paradoxo do tributo simbólico, demonstrando como a eficácia do discurso anula a efetividade da arrecadação.

1 A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO FISCAL: O DISCURSO 'RICOS VS. POBRES' E A PSICOLOGIA DA LEGITIMIDADE TRIBUTÁRIA

1.1 O IGF no Ordenamento Brasileiro e o Discurso Político Contemporâneo

O Imposto sobre Grandes Fortunas ocupa posição singular no ordenamento jurídico brasileiro, caracterizada pela coexistência entre previsão constitucional e ausência de regulamentação efetiva. Esta condição de latência normativa não impediu tentativas esporádicas de regulamentação, embora nenhuma tenha contemplado adequadamente as especificidades técnicas do tributo.

A ausência de dados oficiais abrangentes sobre a riqueza nacional contribui para a perpetuação de "mitos" em torno da tributação, conforme destacam Assis e Leite (2021, p. 124), criando ambiente propício para argumentações baseadas em percepções morais. O panorama internacional evidencia complexidade desta discussão: "todos os países da Europa Ocidental adotam ou já adotaram o Wealth Tax, com exceção da Bélgica, Portugal e Reino Unido. Atualmente, apenas cinco países europeus arrecadam o imposto: França, Suíça, Noruega, Espanha e Luxemburgo" (Carvalho Jr.; Passos, 2018, p. 1). Esta realidade demonstra que a implementação exitosa constitui exceção, não regra, no cenário internacional. A polarização de posicionamentos reflete a complexidade inerente à análise da viabilidade econômica e social do tributo sobre grandes fortunas.

No contexto brasileiro contemporâneo, a discussão transcende aspectos técnicos para se inserir em dimensão fundamentalmente moral. Assis e Leite (2021, p. 117) ressaltam que

compreender as justificativas do IGF "resulta em apreender os sentidos sociais do imposto e do dinheiro, que no Brasil resvala em dimensões morais sobre a riqueza e a pobreza". Esta moralização manifesta-se através de narrativa estruturada em torno da dicotomia "ricos versus pobres".

A riqueza assume "dupla dimensão de totem e tabu", simultaneamente "objeto de temor e veneração" (Assis; Leite, 2021, p. 119), criando ambiguidade moral que facilita instrumentalização política. A estrutura regressiva do sistema tributário brasileiro constitui base empírica que sustenta narrativas de injustiça fiscal, onde indivíduos "na base da pirâmide social contribuem proporcionalmente mais" (Sales

D'Araújo, 2022, p. 29).

1.2 Fundamentos Psicológicos da Mobilização Social

A compreensão dos mecanismos psicológicos que sustentam a mobilização social demanda exame de como grupos antagônicos se formam. A Teoria da Identidade Social de Henri Tajfel oferece arcabouço conceitual fundamental, explicando como injustiças atuam como elementos para "reconhecimento do outro como igual porque vive as mesmas situações" (Godoy-Flores, 2024, p. 183).

A formação de identidades coletivas opera através de processos de diferenciação intergrupar, onde a construção do "nós" implica definição de um "eles" como grupo de contraste. No contexto do IGF, esta dinâmica manifesta-se através da construção de identidades baseadas na posição econômica.

A dimensão emocional assume papel central na sustentação de coalizões políticas. A "mobilização libidinal e afetiva sedimenta os vínculos sociais" (Godoy-Flores, 2024, p. 74), demonstrando como elementos emocionais superam considerações racionais. A Heurística do Afeto permite que decisões complexas sejam simplificadas através de reações emocionais imediatas.

A construção de "bodes expiatórios" fiscais opera através da canalização de frustrações econômicas para grupos específicos. McCaffery e Baron (2003, p. 434) observam que a "generalizada complexidade do tema" tributário contribui para persistência de percepções distorcidas. A sonegação "se consagra na sociedade brasileira e as narrativas de diferentes estratos sociais passam a convergir no evitamento dos impostos" (Assis; Leite, 2021, p. 121).

1.3 Eficácia do Discurso Antagonista na Legitimação Tributária

A receptividade popular de políticas tributárias está relacionada à forma como são comunicadas. Sales D'Araújo (2022, p. 22) ressalta que a opinião pública exerce "forte papel limitador do agir governamental, em especial quando envolvida a tributação", demonstrando como a percepção social condiciona possibilidades de

implementação.

A eficácia comunicativa é potencializada pela opacidade da matriz tributária brasileira. A ausência de transparência cria terreno fértil para simplificações discursivas. A criação de sentimentos de "justiça distributiva" através do discurso antagonista representa mecanismo fundamental na legitimação de políticas direcionadas a grupos específicos.

A aplicação da Teoria da Reatância Psicológica de Jack W. Brehm oferece insights sobre como a comunicação política pode gerar resistência. A reatância constitui "reação emocional negativa à usurpação da liberdade" (Rafael; Lopes, 2018, p. 103), sendo que "quanto maior o grau de influência coercitiva, maior será a reatância experimentada".

2 A REAÇÃO AO CONFISCO ANUNCIADO: AVERSÃO À PERDA E REATÂNCIA PSICOLÓGICA COMO MOTORES DA FUGA DE CAPITAIS

2.1 Evidências Empíricas dos Efeitos Econômicos Adversos

A análise das experiências internacionais com tributação de grandes fortunas revela padrão consistente de efeitos econômicos adversos que transcendem fronteiras nacionais e confirmam preocupações teóricas sobre este tipo de política fiscal. Particularmente relevante é a constatação de que "Luxemburgo, Suíça, Noruega, Uruguai e Colômbia são exemplos de que o imposto pode arrecadar acima de 0,5 por cento do PIB" (Carvalho Jr.; Passos, 2018, p. 2), demonstrando viabilidade técnica em contextos institucionais específicos, contrastando significativamente com experiências de abolição em outros países devido aos desafios de implementação e às reações comportamentais adversas.

No contexto brasileiro, a resistência ao IGF fundamenta-se em evidências empíricas robustas. Conforme observam Assis e Leite (2021, p. 136), sua aplicação resultaria em "fuga de capitais diante da possibilidade de taxação de grandes fortunas bem como o desinvestimento no país em decorrência da aplicação do IGF". Esta preocupação encontra respaldo em dados internacionais que demonstram como a mera discussão sobre tributação patrimonial pode desencadear movimentos

preventivos de capital.

A carência de informações oficiais sobre grandes fortunas no Brasil contribui para a perpetuação de "mitos" sobre a tributação da riqueza (Assis; Leite, 2021, p. 124), dificultando análises empíricas precisas, mas não invalidando as lições extraídas de experiências internacionais bem documentadas. Apesar de estudos como o de Young (2017, p. 100) sugerirem que a fuga de capitais não está diretamente vinculada à taxa de fortunas, a realidade empírica demonstra que a correlação entre anúncios de políticas tributárias direcionadas ao patrimônio e movimentos de capital é suficientemente documentada para justificar preocupações legítimas.

A complexidade desta dinâmica é agravada pela sofisticação dos instrumentos disponíveis para proteção patrimonial. Conforme identificam Assis e Leite (2021, p. 125), "economias de offshore e até mesmo paraísos fiscais são estratégias usadas por aqueles que ganham dinheiro com a posse de capital", criando um ambiente onde a mobilidade do capital supera amplamente a capacidade estatal de tributação efetiva.

A eficácia das políticas tributárias direcionadas a grandes fortunas enfrenta paradoxo fundamental: os contribuintes com maior capacidade contributiva são precisamente aqueles menos suscetíveis a intervenções comportamentais convencionais. Costa, Krieger e Fontoura (2022, p. 1074) documentam que "quanto maior a renda, tamanho da propriedade, valor do débito e tempo de atraso, menos eficazes são as intervenções", evidenciando uma relação inversa entre patrimônio e responsividade a estímulos fiscais. Esta resistência estrutural dos grandes patrimônios às políticas tributárias convencionais deriva, em parte, de sua "menor aversão ao risco" (Costa; Krieger; Fontoura, 2022, p. 1074), o que lhes permite adotar estratégias mais agressivas de proteção patrimonial.

O fenômeno da sonegação no Brasil ilustra como essa resistência se manifesta concretamente. Ela "se consagra na sociedade brasileira e as narrativas de diferentes estratos sociais passam a convergir no evitamento dos impostos, isto é, no direito de não pagar impostos" (Assis; Leite, 2021, p. 121), evidenciando normalização social de comportamentos de resistência fiscal que se estende além dos grandes patrimônios.

A questão dos custos administrativos assume dimensões particulares quando aplicada a grandes fortunas. A complexidade patrimonial destes contribuintes demanda estruturas de fiscalização proporcionalmente mais sofisticadas e custosas. A experiência internacional demonstra que os custos de implementação e fiscalização de impostos sobre patrimônio frequentemente superam as receitas geradas, criando desequilíbrio estrutural que questiona a viabilidade econômica deste tipo de tributação. Este cenário é agravado pela capacidade dos grandes patrimônios de antecipar e reagir a mudanças tributárias, aproveitando-se de janelas temporais entre o anúncio e a implementação de políticas para reestruturar suas posições patrimoniais de forma a minimizar a exposição fiscal.

Os impactos documentados no mercado de capitais e nos investimentos produtivos revelam que os efeitos da tributação patrimonial extrapolam a mera questão arrecadatória para afetar a dinâmica econômica mais ampla. A correlação entre períodos eleitorais e comportamentos de sonegação, identificada por Chirico et al. (2017), demonstra que durante os períodos eleitorais, observa-se maior propensão dos contribuintes à evasão fiscal, uma vez que a intensificação do debate político evidencia com maior clareza os resultados da aplicação dos recursos públicos arrecadados. Neste contexto, ao confrontarem-se com a qualidade dos serviços prestados pelo Estado, os cidadãos podem formar juízo negativo acerca da contrapartida oferecida em troca do cumprimento das obrigações tributárias, conduzindo à percepção de que o adimplemento fiscal não resulta em benefícios proporcionais ao sacrifício econômico imposto pela tributação.

Este padrão comportamental sugere que a mera possibilidade de implementação de tributos patrimoniais pode gerar antecipação de comportamentos defensivos que afetam negativamente o ambiente de investimentos. A sofisticação dos instrumentos de proteção patrimonial disponíveis no mercado global cria um ambiente onde a mobilidade do capital supera a capacidade de coordenação entre jurisdições fiscais, permitindo que grandes fortunas arbitrem entre diferentes regimes tributários com relativa facilidade.

A experiência internacional demonstra padrão preocupante: países que implementaram impostos sobre grandes fortunas frequentemente enfrentaram não apenas fuga de capitais, mas também redução na formação bruta de capital fixo,

sugerindo que os efeitos adversos se estendem além da base tributária específica para afetar o ambiente de investimentos como um todo. A antecipação racional dos agentes econômicos diante de sinalizações sobre tributação patrimonial cria efeito de "profecia autorrealizável", onde a mera discussão sobre tais políticas pode precipitar os comportamentos adversos que ela pretende evitar, estabelecendo um ciclo vicioso que compromete tanto a eficácia arrecadatória quanto a estabilidade do ambiente econômico.

2.2 Teoria do Prospecto e Aversão à Perda Patrimonial

A compreensão dos mecanismos psicológicos que governam as decisões dos agentes econômicos diante da tributação patrimonial encontra seu fundamento teórico mais sólido na Teoria do Prospecto, desenvolvida por Daniel Kahneman e Amos Tversky. Kahneman considera que "o estudo da aversão à perda é a contribuição mais significativa da psicologia à economia comportamental" (Gomes, 2020, p. 58), estabelecendo um marco teórico que explica por que os indivíduos reagem de forma desproporcional a perdas potenciais em comparação com ganhos equivalentes.

A premissa fundamental desta teoria enfatiza "a prevalência da negatividade e da fuga sobre a positividade, explicando a forte resistência a mudanças que impliquem perdas" (Gomes, 2020, p. 58), fenômeno que se manifesta de forma particular no contexto da tributação patrimonial, onde o imposto é percebido como redução direta do patrimônio acumulado. A complexidade inerente às questões tributárias força o cérebro a utilizar "métodos ou processos simplificadores de tomada de decisões, um 'atalho mental', chamados de heurísticas" (Costa; Krieger; Fontoura, 2022, p. 1065), que frequentemente amplificam a percepção negativa de perdas patrimoniais.

Esta dinâmica psicológica é potencializada no contexto específico do IGF, onde a natureza do tributo sobre o estoque de riqueza ativa diretamente os mecanismos de aversão à perda, criando reações comportamentais que podem ser desproporcionais à carga tributária efetiva. Diferentemente de tributos sobre fluxos de renda ou transações, o IGF atinge diretamente o patrimônio acumulado,

configurando aquilo que psicologicamente é percebido como perda certa e recorrente.

A aplicação específica da Teoria do Prospecto ao contexto tributário revela como a certeza de perda patrimonial motiva comportamentos de risco que podem parecer economicamente irracionais, mas são psicologicamente compreensíveis. Gomes (2020, p. 245) demonstra empiricamente que "é muito pior suportar uma redução de seu patrimônio por uma cobrança que você a considera indevida do que não ter sucesso em sua pretensão de ser restituído por um tributo que já fora pago e não mais compõe seu patrimônio". Esta assimetria psicológica entre perdas e ganhos explica por que a tributação patrimonial gera reações mais intensas do que outros tipos de tributos que incidem sobre fluxos de renda.

A forma como a incidência fiscal é apresentada pode influenciar dramaticamente a percepção social. Conforme demonstra Sales D'Araújo (2022, p. 23), "seria possível manejar tal percepção social a partir da maneira como os tributos se apresentam aos contribuintes", aplicando insights da Teoria do Prospecto sobre enquadramento e apresentação de escolhas. No contexto dos estratos mais ricos da sociedade, este fenômeno se manifesta através de uma "ilusão fiscal negativa", que tende a criar uma percepção "exacerbando um ônus fiscal que não existe e estimulando uma resistência indevida por tais segmentos da sociedade a eventuais ajustes em busca de maior progressividade" (Sales D'Araújo, 2022, p. 31).

A certeza de perda patrimonial inerente ao IGF ativa mecanismos psicológicos que tornam atrativas estratégias de proteção que, em análise puramente econômica, poderiam ser consideradas custosas ou arriscadas. Esta dinâmica explica por que a mera discussão sobre tributação patrimonial pode desencadear movimentos preventivos de capital que antecedem qualquer implementação efetiva da política. A Teoria do Prospecto oferece explicação para este aparente paradoxo: diante da perspectiva de perda certa (tributação), indivíduos tornam-se propensos ao risco, preferindo estratégias incertas de proteção a aceitar a perda garantida.

A preferência por estratégias de proteção através de deslocalização de ativos emerge como resposta natural à ativação dos mecanismos de aversão à perda, independentemente da racionalidade econômica subjacente a tais decisões.

A Teoria do Prospecto explica como indivíduos com grandes patrimônios podem preferir assumir riscos de deslocalização de ativos - incluindo custos de transação, riscos regulatórios e perda de liquidez - como alternativa à aceitação de uma perda patrimonial percebida como certa através da tributação.

A "preservação do status quo" emerge como motivação fundamental, pois "a aversão a perdas é uma das explicações para a forte resistência à aprovação de grandes reformas políticas" (Gomes, 2020, p. 58), fenômeno que se aplica diretamente às tentativas de implementação de tributos patrimoniais. A sofisticação dos instrumentos financeiros modernos facilita a materialização destas preferências psicológicas, permitindo que a deslocalização de ativos seja implementada com relativa facilidade técnica, mesmo quando os custos envolvidos possam superar a carga tributária evitada.

A análise da tomada de decisão em situações de risco, conforme proposta por Kahneman e Tversky, demonstra que a função utilidade para perdas é mais acentuada do que para ganhos equivalentes, explicando por que contribuintes podem preferir estratégias de proteção custosas a aceitar perdas patrimoniais percebidas como certas (Tabak et al., 2024). Esta dinâmica é amplificada pela natureza temporal da tributação patrimonial, que representa uma perda recorrente ao longo do tempo, contrastando com tributos sobre transações ou fluxos de renda que podem ser mais facilmente psicologicamente "absorvidos".

A compreensão destes mecanismos psicológicos é fundamental para explicar por que políticas de tributação patrimonial frequentemente enfrentam resistência desproporcional à sua carga efetiva, estabelecendo as bases para análise dos mecanismos de reatância psicológica que amplificam ainda mais estas reações.

2.3 Reatância Psicológica e Resistência à Tributação Punitiva

A resistência à tributação de grandes fortunas transcende considerações meramente econômicas para adentrar o território da reatância psicológica, fenômeno que se manifesta quando indivíduos percebem ameaças à sua liberdade de escolha e autonomia decisória. Conforme a teoria desenvolvida por Jack W. Brehm, quando um indivíduo se depara com uma restrição à sua liberdade, "apresenta um estado de

reatância psicológica, um estado motivacional que busca proteger a liberdade ameaçada", sendo que "a reatância causa impacto direto na satisfação do consumidor, e quanto maior a reatância, menor a satisfação" (Rafael; Lopes, 2018, p. 104).

A teoria de Brehm estabelece princípio fundamental para compreensão das reações comportamentais ao IGF. Segundo esta teoria, "indivíduos reagem na tentativa de reaver a liberdade que foi ameaçada, causando a oposição ao agente responsável pela reatância. Por vezes, essa reação é expressa pela agressão ao causador e, em outras ocasiões, é demonstrada pela maior atratividade em relação ao comportamento que foi ameaçado ou em relação à opção que foi perdida" (Rafael; Lopes, 2018, p. 103).

No contexto brasileiro, esta dinâmica evidencia-se através da justificação moral de comportamentos de evitamento fiscal. Conforme observam Assis e Leite (2021, p. 136), verifica-se "posicionamentos que justificam a sonegação e o evitamento do imposto como meio de reduzir o dinheiro disponível para a corrupção -- entendida como inerente à máquina pública", revelando como a percepção de ilegitimidade estatal pode desencadear reações de autoproteção.

Particularmente relevante é a aplicação da reatância psicológica ao contexto de políticas públicas coercitivas. Rafael e Lopes (2018, p. 115) observam que em sistemas onde não há liberdade de escolha, como no SUS, "possivelmente, uma parcela da menor satisfação teórica dos usuários do SUS possa ser explicada pela reatância psicológica dos respondentes, e não somente pelos atributos tácitos do serviço experimentado". Esta observação aplica-se diretamente ao IGF, onde a natureza compulsória e punitiva do tributo pode amplificar reações de reatância.

A moral tributária emerge como determinante fundamental do comportamento fiscal. A construção discursiva que contrapõe "a eficiência do mercado e a ineficiência do Estado" (Assis; Leite, 2021, p. 137) funciona como mecanismo de legitimação psicológica para comportamentos de resistência, permitindo que contribuintes racionalizem ações que, em outros contextos, poderiam ser percebidas como socialmente inadequadas. A percepção da população brasileira em relação à evasão fiscal revela-se "neutra ou parcialmente contrária à prática da evasão fiscal" (Martinez; Coelho, 2019, p. 1), indicando ambiguidade moral que pode

ser explorada por narrativas que legitimam comportamentos de resistência.

A complexidade do sistema tributário brasileiro contribui para uma "acomodação moral" que facilita o "evitamento do imposto" (Assis; Leite, 2021, p. 140), criando um ambiente onde comportamentos de resistência fiscal são normalizados socialmente. Esta normalização é particularmente problemática quando aplicada ao IGF, pois legitima previamente comportamentos de resistência antes mesmo da implementação do tributo.

As reações de autoproteção manifestam-se através de estratégias diversificadas de elisão, evasão e migração fiscal que refletem não apenas cálculos econômicos, mas também respostas psicológicas à percepção de ameaça à propriedade privada e à liberdade individual. A influência das normas sociais sobre o comportamento fiscal é documentada por evidências de que "as pessoas avaliam sua desonestidade justificável com a extensão da desonestidade que veem em seu ambiente social" (Costa; Krieger; Fontoura, 2022, p. 1072), demonstrando como a percepção de comportamentos similares pode normalizar práticas de evitamento.

A legitimação social destes comportamentos é facilitada pela percepção generalizada de injustiça fiscal. Conforme observam Assis e Leite (2021, p. 138), "a revolta fiscal se estabelece, desse lado, pautada pelas injustiças que a tributação no Brasil representa", criando um contexto onde a resistência fiscal é enquadrada como resposta legítima à injustiça sistêmica.

A desonestidade fiscal é frequentemente motivada pela necessidade de aprovação social, onde indivíduos cometem "pequenos atos de desonestidade com frequência" (Costa; Krieger; Fontoura, 2022, p. 1068) sem comprometer significativamente sua autoimagem moral.

A confiança nas instituições emerge como fator determinante para a conformidade fiscal. Fatores como "confiança dos indivíduos nas instituições e no governo, o nível de corrupção e probidade verificados no ambiente" (Costa; Krieger; Fontoura, 2022, p. 1073) influenciam diretamente a conformidade fiscal e a propensão a comportamentos de resistência. No contexto brasileiro, onde a desconfiança institucional é estrutural, este fator assume relevância particular na análise das reações ao IGF.

O nexa causal entre a intensidade do discurso político sobre tributação patrimonial e a amplificação das reações comportamentais estabelece mecanismo de retroalimentação que pode tornar contraproducentes as próprias estratégias de legitimação do tributo. A construção de narrativas antagônicas que posicionam a tributação como confronto entre "o imposto (representado pelo Estado) às desigualdades (atreladas ao 1% mais rico)" (Assis; Leite, 2021, p. 138) intensifica a percepção de ameaça entre os agentes econômicos visados, amplificando reações de reatância que se manifestam através de comportamentos preventivos de proteção patrimonial.

A correlação temporal entre a intensidade do debate público sobre o IGF e movimentos de capital sugere que o próprio discurso político funciona como sinalizador de risco, desencadeando comportamentos adaptativos que antecedem qualquer implementação efetiva da política. Costa, Krieger e Fontoura (2022, p. 1073) observam que em contextos onde há "baixa probidade" institucional, a conformidade fiscal tende a diminuir, evidenciando como a qualidade das instituições medeia a relação entre discurso político e comportamento dos contribuintes.

A experiência internacional demonstra que países com instituições mais sólidas e maior confiança social conseguem implementar políticas tributárias progressivas com menor resistência comportamental, sugerindo que a eficácia das políticas de tributação patrimonial depende não apenas de seu desenho técnico, mas também do contexto institucional e da forma como são comunicadas ao público. A intensidade retórica do discurso político brasileiro, caracterizada por polarização e antagonismo, pode inadvertidamente funcionar como amplificador das reações de reatância, criando um ambiente onde a mera possibilidade de tributação patrimonial desencadeia comportamentos defensivos que comprometem a viabilidade da política antes mesmo de sua implementação.

Esta análise demonstra que as reações psicológicas dos agentes econômicos ao IGF não constituem meras externalidades da política fiscal, mas elementos centrais que determinam sua viabilidade prática, estabelecendo as bases para compreensão do paradoxo do tributo simbólico que será analisado no capítulo subsequente.

3 O PARADOXO DO TRIBUTO SIMBÓLICO: QUANDO A EFICÁCIA DO DISCURSO ANULA A EFETIVIDADE DA ARRECADAÇÃO

3.1 Síntese da Relação Causal: Do Discurso ao Fracasso Fiscal

A experiência francesa com o “Impôt de Solidarité sur la Fortune” entre 2015 e 2018 oferece evidência empírica definitiva da relação causal entre intensidade discursiva e fracasso fiscal de tributos patrimoniais. O ISF, que manteve arrecadação crescente de €2,461 bilhões em 2002 (Pichet, 2007) até €5 bilhões em 2017 (Le Pouhaer, 2023), paradoxalmente demonstrou que sua efetividade fiscal era inversamente proporcional ao seu impacto. Conforme documenta Pichet, o ISF causou fuga de capitais que transborda as histórias dos refugiados fiscais famosos franceses, evidenciando que os efeitos comportamentais adversos constituem fenômeno estrutural mensurável (Pichet, 2007).

A quantificação precisa desta proporcionalidade inversa revela-se através da constatação de que o ISF custa muito mais em IVA perdido do que efetivamente arrecadou, demonstrando matematicamente como a mobilização política em torno da tributação patrimonial gera custos econômicos superiores aos benefícios arrecadatórios (Pichet, 2007). A reforma de 2018, que substituiu o ISF pelo Imposto sobre a Fortuna Imobiliária, comprova empiricamente este paradoxo: a redução do número de contribuintes pela metade resultou em aumento de 25 pontos percentuais nos dividendos para contribuintes anteriormente sujeitos ao tributo, enquanto aqueles que escaparam completamente da tributação experimentaram aumento de quase 60 pontos percentuais nos dividendos.

O ciclo vicioso do antagonismo fiscal manifesta-se através de mecanismo de retroalimentação onde cada intensificação do debate político sobre tributação patrimonial ativa os mecanismos psicológicos de aversão à perda e reatância, desencadeando comportamentos defensivos que, por sua vez, alimentam narrativas sobre “injustiça fiscal” e legitimam nova intensificação do discurso, criando espiral descendente que compromete tanto a eficácia arrecadatória quanto a estabilidade do ambiente econômico.

3.2 Caracterização do IGF como "Tributo Simbólico"

A conceituação operacional de "tributo simbólico" fundamenta-se na distinção entre políticas que se baseiam principalmente em sua dimensão simbólica em vez de seu impacto material-concreto, conforme estabelecem Tallent, Jan e Sattelmayer (2025), permitindo identificar instrumentos fiscais cujo valor principal reside na comunicação política em detrimento da efetividade arrecadatória.

O IGF brasileiro enquadra-se perfeitamente nesta categoria, mantendo-se em estado de latência normativa por três décadas enquanto serve como instrumento recorrente de mobilização eleitoral e legitimação de narrativas redistributivas. A diferenciação operacional entre função arrecadatória e simbólica evidencia-se quando observamos que o apoio à política custosa aumenta quando acompanhada de uma política simbólica, demonstrando como tributos podem ser instrumentalizados para gerar aprovação popular independentemente de sua implementação efetiva (Tallent; Jan; Sattelmayer, 2025). Conforme observa Pichet (2007), a semântica tem especial na arena política em geral e especificamente no campo da tributação, revelando que o valor comunicativo de certos tributos supera sua função fiscal tradicional.

A caracterização do IGF francês como política principalmente ideológica que visava mudar a vida através da redistribuição exemplifica como tributos simbólicos atendem demandas eleitorais através de promessas de transformação social, mesmo quando sua eficácia prática permanece questionável (Suzuki, 2020). Os custos de oportunidade desta estratégia manifestam-se através da erosão da credibilidade institucional, do desperdício de recursos políticos que poderiam financiar reformas efetivas e da perpetuação de incerteza jurídica que inibe investimentos produtivos. A instrumentalização política da tributação patrimonial cria ambiente onde a dimensão da economia política é particularmente relevante no contexto de impostos sobre a riqueza, independentemente de sua forma, pois são relativamente visíveis e enfrentam forte oposição social, conforme observa Lucio Pench, Diretor de Política Fiscal da DG ECFIN da União Europeia, estabelecendo ciclo onde a visibilidade política do tributo compromete sua viabilidade técnica (Astarita, 2015).

3.3 Implicações para a Estabilidade Econômica e Social

A persistência de tributos simbólicos gera implicações estruturais que comprometem tanto a estabilidade do ambiente institucional quanto a legitimidade do sistema tributário. A erosão da segurança jurídica manifesta-se quando a incerteza tributária prolongada viola o princípio da neutralidade fiscal, comprometendo a premissa de que um imposto não pode prejudicar o desenvolvimento econômico de um país, conforme estabelece Pichet (2007). As evidências internacionais demonstram que "famílias ricas têm compreensão avançada do sistema tributário e são muito sensíveis a incentivos fiscais e oportunidades de elisão", indicando que a sofisticação dos agentes econômicos torna contraproducente a manutenção de debates tributários sem implementação consistente, pois permite antecipação e neutralização de políticas antes mesmo de sua efetivação (Le Pouhaer, 2023).

A proposta de comunicação institucional alternativa deve fundamentar-se em princípios que reconheçam o sucesso de uma estratégia comportamental depende do contexto, exigindo abandono do discurso antagonista em favor de abordagens que construam legitimidade sem ativar mecanismos psicológicos de resistência (Dalton et al, 2019). As políticas simbólicas francesas que "aumentaram o apoio público a políticas climáticas onerosas" através de medidas que sinalizavam participação das elites no sacrifício coletivo demonstram que é possível construir legitimidade para políticas redistributivas sem comprometer a estabilidade econômica (Tallent; Jan; Sattelmayer, 2025). A estratégia comunicativa alternativa deve priorizar a transparência sobre a utilização dos recursos públicos, a participação social na definição de prioridades fiscais e o reconhecimento de que modificar sistemas e processos fiscais existentes é mais estratégico e econômico do que criar novas leis ou incentivos custosos para impor conformidade, direcionando esforços para reformas tributárias tecnicamente viáveis e socialmente legítimas em lugar da perpetuação de debates simbolicamente mobilizadores mas economicamente contraproducentes (Dalton et al, 2019).

O presente estudo comprova que a estratégia discursiva de antagonismo de classes utilizada para legitimar o Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil cria o paradoxo do tributo simbólico: quanto maior a eficácia política do discurso na

mobilização social, menor sua efetividade econômica prática. A aplicação das teorias da Psicologia Social ao contexto tributário revela que a narrativa "ricos versus pobres" ativa mecanismos psicológicos de aversão à perda e reatância que desencadeiam comportamentos defensivos dos agentes econômicos, resultando em fuga de capital e retração de investimentos que anulam os objetivos redistributivos pretendidos. A experiência internacional, particularmente o caso francês, demonstra empiricamente esta relação causal, evidenciando que tributos patrimoniais politicamente mobilizadores tendem a gerar custos econômicos superiores aos benefícios arrecadatários. Assim, o IGF brasileiro caracteriza-se como tributo simbólico que satisfaz demandas eleitorais à custa da racionalidade econômica, sugerindo que políticas redistributivas efetivas requerem comunicação institucional baseada em evidências comportamentais e consenso social, em substituição ao confronto ideológico que compromete tanto a viabilidade fiscal quanto a estabilidade do ambiente de investimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação examinou a psicologia do antagonismo fiscal no contexto do Imposto sobre Grandes Fortunas brasileiro, aplicando uma abordagem transdisciplinar que combinou os instrumentais analíticos do Direito Tributário e da Psicologia Social para compreender como narrativas políticas influenciam comportamentos econômicos concretos. O estudo caracterizou-se como pesquisa de natureza aplicada, com objetivos explicativos, orientada pelo método hipotético-dedutivo, baseando-se em procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental. A metodologia abarcou literatura acadêmica especializada do Direito Tributário, Psicologia Social e Ciência Política. A abordagem transdisciplinar foi operacionalizada mediante aplicação de teorias psicológicas como ferramentas analíticas para interpretar o fenômeno jurídico-político, com foco específico na demonstração de nexos causais entre discurso político e comportamento econômico dos agentes visados pela tributação patrimonial.

Os principais resultados confirmaram integralmente a hipótese de pesquisa, demonstrando que a utilização da narrativa política de antagonismo de classes para legitimar popularmente o Imposto sobre Grandes Fortunas cria um ambiente

psicológico de ameaça e injustiça percebida entre os agentes econômicos visados, desencadeando respostas comportamentais previsíveis que resultam em fuga de capital e retração de investimentos, invalidando os objetivos econômicos e sociais do próprio tributo. A investigação evidenciou que o IGF brasileiro se caracteriza como "tributo simbólico", cujo valor principal reside na comunicação política em detrimento da efetividade arrecadatória, criando o paradoxo onde a eficácia do discurso na mobilização social é inversamente proporcional à sua efetividade econômica prática. A aplicação das teorias da Teoria da Identidade Social, Teoria do Prospecto e Reatância Psicológica ao contexto tributário revelou que a narrativa "ricos versus pobres" ativa mecanismos psicológicos específicos de aversão à perda e resistência que antecedem e neutralizam qualquer implementação efetiva da política. A experiência internacional, particularmente o caso francês do "Impôt de Solidarité sur la Fortune", forneceu evidência empírica definitiva desta relação causal, comprovando que tributos patrimoniais politicamente mobilizadores tendem a gerar custos econômicos superiores aos benefícios arrecadatários.

As contribuições teóricas do estudo residem no desenvolvimento de um framework analítico transdisciplinar que permite compreender as dimensões psicossociais das políticas tributárias, oferecendo instrumental conceitual para avaliar não apenas a intenção das políticas fiscais, mas seus efeitos colaterais previsíveis na estabilidade política, econômica e social. As limitações identificadas incluem a carência de dados oficiais sobre grandes fortunas no Brasil, que dificulta análises empíricas precisas sobre a magnitude dos efeitos comportamentais, e a necessidade de estudos longitudinais que acompanhem as correlações temporais entre intensidade do debate público e movimentos de capital. Para trabalhos futuros, sugere-se a realização de pesquisas empíricas que quantifiquem os impactos específicos de diferentes estratégias comunicativas sobre o comportamento dos agentes econômicos, o desenvolvimento de modelos preditivos que permitam antecipar reações comportamentais a políticas tributárias e a elaboração de propostas de comunicação institucional alternativas que construam legitimidade para políticas redistributivas sem ativar mecanismos psicológicos de resistência. Recomenda-se igualmente investigações sobre reformas tributárias tecnicamente viáveis que alcancem objetivos redistributivos sem comprometer a estabilidade do ambiente de investimentos.

REFERÊNCIAS

ASTARITA, Caterina (Ed.). **Taxing Wealth: Past, Present, Future**: Workshop Proceedings. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015. (European Economy. Discussion Paper, 003). DOI: 10.2765/257050.

ASSIS, K. G.; LEITE, E. da S. Revolta Fiscal? As dimensões morais sobre a taxaço de Grandes Fortunas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. **NORUS**, v. 9, n. 16, 30 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/norus.v9i16.21929..> Acesso em: 25 jun. 2025.

CASTRO, L.; SCARTASCINI, C. Tax compliance and enforcement in the pampas evidence from a field experiment. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 116, p. 65-82, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2015.04.002>. Acesso em: 4 jul. 2025.

CHIRICO, M. et al. Deterring Property Tax Delinquency in Philadelphia: An Experimental Evaluation of Nudge Strategies. **National Tax Journal**, Washington, D.C., v. 72, n. 3, p. 479- 506, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17310/ntj.2019.3.01>. Acesso em: 4 jul. 2025.

COSTA, A. C. A. da R.; KRIEGER, M. G. M.; FONTOURA, Y. Conformidade fiscal e Economia Comportamental: uma análise da influência do contexto decisório. **Revista de Economia Política**, v. 42, n. 3, p. 785-802, jul./set. 2022.

DALTON, Abigail Goodnow et al. **Behavioral Insights for Tax Compliance**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2019. (eMBeD brief). Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/472181576511865338>. Acesso em: 5 jul. 2025.

GODOY-FLORES, Iván Omar. **Psicologia política da a  o pública**: uma perspectiva das emoções. 2024. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. doi:10.11606/T.47.2024.tde-13062024-100841. Acesso em: 2025-07-03.

GOMES, Julio Cesar Vieira. **Uma proposta de macroprocesso do crédito tributário em uma abordagem institucional: deferência aos órgãos-agência e o**

reposicionamento da regulação tributária para um sistema preventivo de conflitos. 2020. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/17695>. Acesso em: 3 jul. 2025.

LE POUHAËR, Elvin. **Holes in the ceiling!: dividend elasticities and tax avoidance in light of the ceiling mechanism of the French wealth tax.** 2021. Dissertação (Mestrado em Economia) – School of Research, Sciences Po, Paris, 2021. Disponível em: <https://www.sciencespo.fr/ecole-recherche/en/academics/masters/master-economics/best-thesis/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

MARTINEZ, A. L.; COELHO, M. L. B. Tax morals and the Brazilian citizen: an empirical study. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 607-622, jul./set. 2019.

MCCAFFERY, Edward J.; BARON, Jonathan. Heuristics and biases in thinking about tax: Proceedings. In: Annual Conference on Taxation and Minutes of the Annual Meeting of the National Tax Association, vol. 96, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41954440>. Acesso em jun. 15. 2025.

MULLAINATHAN, S.; SHAFIR, E. Escassez: uma nova forma de pensar a falta de recursos na vida das pessoas e nas organizações. Rio de Janeiro: Best Business, 2016.

PICHET, Eric. The Economic Consequences of the French Wealth Tax. **La Revue de Droit Fiscal**, v. 14, p. 5, Abr. 2007. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1268381.

RAFAEL, Diego Nogueira; LOPES, Estanislau. O Efeito da Reatância na Satisfação: Um Estudo no Contexto das Operadoras de Saúde Suplementar. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 16, n. 2, mar./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15728/bbr.2019.16.2.1>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SALES D'ARAÚJO, Pedro Júlio. Quando a desigualdade social encontra a ilusão fiscal: a regressividade cognitiva da matriz tributária brasileira. **CADERNOS DE FINANÇAS PÚBLICAS**, [S. l.], v. 22, n. 01, p. 60, 2022. DOI: 10.55532/1806-

8944.2022.166.

Disponível em:
<https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/cadernos/article/view/166>. Acesso em:
3 jul. 2025.

SUZUKI, Jeffrey McCarty. **Estimating the Economic Impacts of Wealth Taxation in France**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Department of Economics, University of California, Berkeley, 2020. Disponível em:
<https://api.semanticscholar.org/CorpusID:225092114>. Acesso em: 5 jul. 2025.

TABAK, Benjamin Miranda et al. Behavioral Biases and Judicial Decision-Making in Brazil.

Behavioral Sciences, Basel, v. 14, n. 10, p. 922, out. 2024. Disponível em:
<https://doi.org/10.3390/bs14100922>. Acesso em: 4 jul. 2025.

TALLENT, T.; JAN, M.; SATTELMAYER, L. **More than Symbols**: the Effect of Symbolic Policies on Climate Policy Support. 2025. Disponível em:
https://doi.org/10.31219/osf.io/qjg85_v3. Acesso em: 25 jun. 2025.

YOUNG, Cristobal. **The Myth of Millionaire Tax Flight**: How Place Still Matters for the Rich. Stanford: Stanford University Press, 2017.

CAPÍTULO 2- AFETIVIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA PSICOPEDAGOGIA²

Cleci Fernandes do Nascimento

Graduada em Pedagogia (UNIFIP); graduanda em Artes Visuais (FAVENI); Pós-graduação em Supervisão e Orientação Educacional (UNIFIP); Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional (UNIFIP); Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos (FACSU); Mestrado em Ciências da Educação (WUC); Coordenadora pedagógica da Educação Infantil e dos Anos Iniciais no Instituto Educacional Colmeia; Professora da Educação de Jovens e adultos na rede municipal de ensino.

Andrea Santos Lúcio

Doutorado em Ciências da Educação (WUE); Mestrado em Ciências da Educação (WUE); Pós-graduação em Supervisão Escolar e Orientação (UNIPÊ); Gestão Escolar: Orientação e Supervisão (FACSU); Alfabetização e Letramento (FACSU); Direito com Ênfase em Metodologias de Ensino a Distância (FACSU); Docência no Ensino Superior (FACSU); Educação de Jovens e adultos – EJA (FACSU); Educação Inclusiva (FACSU); Educação Infantil (FACSU); Neuropsicopedagogia (FACSU); Tutoria em Educação a Distância (FACSU); Graduação em Pedagogia (UNIFIP); Professora da Educação Infantil – Terezinha Garcia Pereira; Docente do Ensino superior na Faculdade Sucesso (FACSU).

Dijair Fernandes do Nascimento

Bacharel em Ciências Econômicas – Faculdades Integradas de Patos (FIP); Graduando em Licenciatura plena em Matemática (FAVENI); Gerente Mix da Empresa Banco Bradesco, Brejo do Cruz/PB.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo geral compreender como a afetividade pode influenciar no processo de aprendizagem na perspectiva da psicopedagogia. Assim desenvolveu-se um estudo com um aluno de 3º Ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais de uma Escola Pública Municipal de São Bento – PB. Nessa perspectiva investigou-se como os aspectos afetivos podem estar relacionados a aprendizagem, de forma que na sua ausência, possam vir a ocorrer problemas de aprendizagem, levando em consideração a Epistemologia Convergente e o estudo da Psicopedagogia nesse campo. A amostra da pesquisa partiu de uma queixa levantada pela docente do 3º ano com relação as dificuldades de leitura e escrita de um aluno que apresentava desinteresse e falta de motivação para aprender, resultando em um baixo rendimento escolar para sua faixa etária, levando em consideração que o mesmo já era repetente na série, passando este a ser investigado. Os procedimentos de coleta e análise de dados partiram das onze sessões contidas no Manual Prático do Diagnóstico Psicopedagógico Clínico de Simaia Sampaio, com base teórica em Jorge Visca. Optou-se pela análise do tipo descritiva, realizada a partir das observações do sujeito, objeto do estudo de caso, durante as onze sessões. Com base nas análises, observações, provas e testes, desenvolvidas no decorrer das sessões, pode-se concluir dizendo que a criança de fato não apresenta nenhuma dificuldade motora, visual ou mental que esteja impossibilitando-a de aprender, necessitando apenas de estímulo por parte da escola, e principalmente da família para que o mesmo possa retomar o gosto pela aprendizagem.

Palavras-chave Afetividade. Aprendizagem. Psicopedagogia.

² O presente artigo foi publicado na REDES - Revista Educacional da Sucesso, sendo lançado como capítulo de livro, visando a difusão do seu conteúdo, tendo como referência original: NASCIMENTO, Cleci Fernandes do; LÚCIO, Andrea Santos; NASCIMENTO, Dijair Fernandes do. Afetividade e suas implicações no processo de aprendizagem na perspectiva da psicopedagogia. REDES - Revista Educacional da Sucesso, v. 5, n. 2, 2025.

Introdução

Sabe-se da importância de se estabelecer laços afetivos na vida do ser humano, e de como os mesmos se tornam essenciais para a formação do indivíduo. Hoje com uma sociedade tão voltada para a tecnologia, pouco se percebe a interação e o afeto entre as pessoas. Cada vez mais as pessoas se distanciam umas das outras e os sentimentos e emoções de partilha ficam esquecidos.

Dentro desse contexto, pode-se observar que existem muitas percas, tendo em vista que a família não está desenvolvendo esse papel tão importante que é proporcionar um ambiente afetivo e acolhedor para que seus filhos saibam lidar com suas emoções e possam se desenvolver de forma plena na sociedade a qual fazem parte. Paralelo a isso, o desenvolvimento e a aprendizagem do sujeito têm sofrido várias consequências, o ambiente escolar por ser o local mais propício para aquisição do conhecimento tem buscado várias estratégias, a fim de sanar os problemas de aprendizagem enfrentados ao longo do tempo no âmbito educacional.

Portanto, apresentar –se o estudo com o tema a Afetividade e suas implicações no processo de aprendizagem, numa perspectiva da psicopedagogia, espera-se através de pesquisas sobre alguns teóricos como Piaget, Vygotsky, Wallon dentre outros, entender quais são as ferramentas necessárias para que o sujeito aprendiz se desenvolva como um todo e quais são as peças chaves nesse processo de aprendizagem. Buscando encontrar respostas para esta questão, a pesquisa apropriou-se de documentação direta, voltada para a observação e a exploração do sujeito a ser investigado, coletando diretamente elementos imprescindíveis ao diagnóstico em campo, numa Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental no município de São Bento – PB.

Portanto a pesquisa teve como objetivo geral compreender como a afetividade pode influenciar no processo de aprendizagem na perspectiva da psicopedagogia e tendo como objetivos específicos: Entender que através das relações efetivas o processo de aprendizagem se torna mais significativo;

analisar como os laços afetivos podem proporcionar um ambiente favorável para que a aprendizagem aconteça; verificar se a ausência de afetividade pode ocasionar dificuldades de aprendizagem

Dessa maneira, a pesquisa irá discutir a relação entre dificuldades de aprendizagem relacionada a afetividade, analisada a partir da queixa que envolve um estudante do 3º Ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que apresenta dificuldades de aprendizagem devido ao seu desinteresse pelos estudos.

Para isso, a pesquisa a princípio apresenta a fundamentação teórica com um breve estudo sobre o surgimento da psicopedagogia e suas contribuições para a formação do aprendente. Posteriormente busca-se entender como o sujeito aprende, bem como compreender a aprendizagem e dificuldades de aprendizagem e ainda elencar a importância da afetividade no processo de aprendizagem do sujeito. Além da descrição dos procedimentos utilizados, do objeto de estudo, a queixa, os instrumentos e como deu-se a coleta e análise dos dados. Essencialmente, a pesquisa buscou alcançar diferentes aspectos como pessoal, acadêmico e social acerca dos fatores que influenciam a aquisição da aprendizagem através da afetividade utilizando as contribuições da Psicopedagogia.

Metodologia

Este estudo se caracteriza como pesquisa de campo e qualitativa, através da documentação necessária, conforme a observação e exploração de todos os elementos indispensáveis, de acordo com os propósitos da investigação no lugar que acontecerá os fenômenos pesquisados (Gil, 2002).

Desse modo, o enfoque qualitativo, acontece através da coleta de dados, de forma indutiva, sem numeração precisa, por meio da observação e relatos. As hipóteses poderão ser confirmadas ou não, conforme a análise dos resultados e o desdobramento da teoria.

No que se refere ao nível da pesquisa científica, desenvolverá a partir de um estudo de caso Estágio Clínico, onde o investigado, participante do estudo de caso que caracteriza o nível da pesquisa, demonstrasse a experiência educacional em diferentes tarefas realizadas durante as onze sessões.

Na pesquisa investigou-se e buscou-se compreender os detalhes e diferentes aspectos do sujeito investigado, inclusive os de natureza social. Assim, proporcionou-se através da avaliação diagnóstica do participante do estudo de caso, verificar as dificuldades de aprendizagem relacionadas aos fatores afetivos de acordo com a psicopedagogia.

A investigação aconteceu em uma Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Porfíria Vieira dos Santos, funcionando na Educação Infantil as turmas de Pré I e Pré II com 40 alunos, no Ensino Fundamental I do 1º ao 5º ano com 201 alunos, nos turnos matutino e vespertino e atendendo a 250 alunos no turno da noite na modalidade da EJA. A referida instituição está localizada no bairro São Bernardo, maior bairro da cidade de São Bento-PB.

A escola conta com uma estrutura física: 6 salas de aula; 1 sala que funciona secretaria e direção; 1 sala de professores; 5 banheiros; 1 cozinha; 1 dispensa e 1 pátio.

No que se refere aos recursos humanos, consta com um quadro de funcionários de 44 professores (12 professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental, 28 professores da EJA, 4 professores do Novo Mais Educação). 1 diretor, 1 diretor adjunto, 1 supervisor, 1 secretária, 1 auxiliar administrativa, 6 ASG, 2 porteiro e 1 vigia. A referida escola conta com algumas parcerias e programas como saúde na escola e o Novo Mais Educação.

A investigação ocorreu com um estudante de 9 anos de idade, estudante do 3º Ano do Ensino Fundamental de uma escola pública municipal da cidade de São Bento-PB. Contudo, o estudante iniciou a escolaridade aos dois anos de idade, numa Creche Municipal, tendo uma adaptação tranquila, segundo relatos da mãe. Residindo no mesmo bairro onde está situada a escola, o estudante não encontra dificuldades para chegar à escola, fazendo o percurso sozinho e a pé. Atualmente mora com a mãe e duas irmãs mais velha.

Após passar dois anos na Creche Municipal, foi para Pré-escola e no 1º Ano do Ensino Fundamental, a criança viveu um momento conturbado em sua vida, pois teve que enfrentar a separação dos pais, chegando a se ausentar um ano da escola, e a partir daí, apresentar resistência em permanecer no ambiente escolar, como também comportamentos agressivos e desinteresse pelos estudos. Essencialmente, o estudante participante do estudo de caso em que se desenvolveu o Diagnóstico Psicopedagógico Clínico, apresenta como queixa a

difficuldade de aprendizagem na leitura e escrita, como também desinteresse em aprender. Essa dificuldade conduziu o sujeito à repetência, e levou-o a ter um comportamento retraído e uma baixa autoestima.

Quanto ao aluno que se pretende desenvolver o Diagnostico Psicopedagógico Clínico, apresenta como queixa dificuldades de aprendizagem e indisciplina escolar, de família desestruturada o que pode levar o mesmo ao desinteresse escolar gerando comportamento indisciplinado. Portanto, direciona o participante do Estudo de Caso e a Queixa, caracterizando o aluno e a instituição que atualmente está inserido.

Pretendendo, no que diz respeito aos processos metodológicos da pesquisa, o tipo de estudo que se realizará é o de campo, o enfoque qualitativo e o nível um estudo de caso, apropriando-se do método indutivo, o qual possibilitará a partir de uma proposta particular, chegando a resultado universal a partir de um diagnóstico psicopedagógico clínico a um sujeito, conforme mencionado no item que se refere ao participante do estudo de caso e da queixa em pauta.

Nesse sentido, a técnica que utilizará na pesquisa, ou seja, os instrumentos empregados apresentarão como base a Epistemologia Convergente de Jorge Visca, uma teoria sociointeracionista, ajustada em uma interligação entre o aprendente e meio sociocultural. A mesma, entre outros instrumentos, é composta pela **Entrevista Contratual** (A entrevista contratual é um contrato realizado com os pais ou responsáveis do sujeito que será avaliado.

O objetivo desta entrevista é colher os dados pessoais e ouvir a queixa que eles trazem sobre o problema que a criança vem apresentando, bem como fazer o enquadramento sobre horários, quantidade de sessões, frequência, honorários. Seguindo a linha Epistemologia Convergente, colhemos apenas os dados históricos, ou seja, o que está acontecendo neste momento sem entrar no histórico da criança, já que isto só será feito ao final do diagnóstico, em uma sessão chamada anamnese).

Na segunda sessão a **EOCA-** Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem (Esta sessão é a primeira realizada com a criança, tem como objetivo investigar os vínculos que ela possui com os objetos e os conteúdos da aprendizagem escolar, observar suas defesas, condutas evitativas e como

enfrentar novos desafios. Visa perceber o que a criança sabe fazer aprendeu a fazer).

A terceira e quarta sessão as **Provas Operatórias** (Por meio da aplicação das provas operatórias, teremos condições de conhecer o funcionamento e o desenvolvimento das funções lógicas do sujeito. Sua aplicação nos permite investigar o nível cognitivo em que a criança se encontra e se há defasagem em relação à sua idade cronológica, ou seja, um obstáculo epistêmico).

No que se referem a quinta e sexta sessão, as **Técnicas Projetivas** psicopedagógicas (De acordo com Visca, as técnicas projetivas tem como objetivo investigar os vínculos que o sujeito pode estabelecer em três grandes domínios: o escolar, o familiar e consigo mesmo, pelos quais é possível reconhecer três níveis em relação ao grau dos distintos aspectos que constituem os vínculos de aprendizagem).

Nessa perspectiva, a sétima e oitava sessão ocasionadas por **Outros Testes** Pedagógicos (Esses testes partiram da necessidade de uma avaliação mais ampla sobre o sujeito avaliada no intuito de conhece-lo melhor e coletar mais dados para posterior intervenção).

Prosseguindo as sessões, a nona sessão que é a **Anamnese** (É uma entrevista realizada com os pais ou responsáveis e tem como objetivo resgatar a história de vida do sujeito e colher dados importantes que possam esclarecer fatos observados durante o diagnóstico, bem como saber que oportunidades este sujeito vivenciou como estímulo a novas aprendizagens).

Como término do processo do diagnóstico pesquisado do aprendente em pauta, na décima sessão que é a **Devolução** (A devolução psicopedagógica é uma comunicação verbal, feita aos pais e ao paciente, dos resultados obtidos por meio de uma investigação que se utilizou do diagnóstico para obter resultados).

No que se refere aos procedimentos de coleta e análise de dados, usará dez sessões conforme Jorge Visca, como menciona Sampaio (2009) em seu Manual Prático do Diagnóstico Psicopedagógico Clínico. Para tanto, na primeira sessão nominada por **Entrevista Contratual**, que tem como objetivo esclarecer para os pais as dificuldades apresentadas pelo aprendente, nesse momento

também será investigado alguns dados pessoais do aprendente e escuta da queixa e também será realizado o enquadramento.

Está sessão será de grande importância, pois é a partir dela que se conseguirá a autorização dos pais para que seja desenvolvidas as próximas sessões e o levantamento da queixa, firmando assim, o comprometimento e entendimento para a realização do estudo de caso.

Portanto, para que se possa realizar esse estudo de forma eficaz, serão desenvolvidas procedimentos de interação entre os pais e a psicopedagogia, tais como exposição oral do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) e do Contrato Terapêutico para Diagnóstico Psicopedagógico, fazendo uso do questionário para o levantamento da queixa e utilizando como recursos específicos papel ofício, do TCLE, do contrato, ficha de marcação de consulta e caneta esferográfica na cor azul.

Na sessão da **EOCA**, acontecerá o primeiro contato do psicopedagogo com o aprendente, como afirma Jorge Visca é nessa sessão que irá se observar o vínculo da criança com os objetos e conteúdos relacionados a aprendizagem, bem como analisar os possíveis obstáculos existentes entre os mesmos, e de que forma são encarados novos desafios.

Como estratégias de suporte serão utilizadas ferramentas como: acolhida e apresentação do momento terapêutico; exposição do material para que o cliente possa observar e manusear e conseqüentemente construir o que deseja. Nessa sessão também acontecerá a consigna para melhor compreensão do psicopedagogo, bem como um roteiro de entrevista.

A fim de facilitar a interação do cliente na sessão será disponibilizado materiais como papel ofício colorido, caneta esferográfica azul, canetas hidrocor, lápis de ponta-pintura, giz de cera, régua, apontador, borracha, massa de modelar, jogo de encaixe, cola, papel crepom, fábulas, tinta guache, pincel e tesoura. Portanto, para a análise dos dados, conforme a técnica, serão analisadas a Temática, a Dinâmica e o Produto da EOCA.

No que se refere a terceira e quarta sessão que aplicará as **Provas Operatórias**, ou seja, o aprendente será avaliado através de técnicas de conservação de massa, conservação de comprimento, conservação de superfície, de líquido, de peso, mudança de critério, quantificação de inclusão de classes, interseção de classes, espaço unidimensional e bidimensional. Esses

elementos serão imprescindíveis para que o psicopedagogo possa entender o nível cognitivo apresentado pelo aprendente e a construção do pensamento.

A estratégia será aplicada levando em consideração a faixa etária do aprendente, sendo o material exposto de forma cautelosa e consignas específicas para execução das mesmas. Dentro desse contexto, sendo a criança sujeito do seu processo de construção de conhecimento e aprendizagens, serão disponibilizados materiais de simples manuseio, como por exemplo: fichas vermelhas e azuis em E.V.A, cartolina colorset na cor verde, sólido geométrico: quadrado e uma vaquinha (brinquedo) para execução das provas. E em seguida a análise da prova.

Em relação a quinta e sexta sessão que são as **Provas Projetivas**: Par Educativo e Alegoria Animal tem por objetivo analisar de forma cautelosa informações referentes as questões afetivas da criança, de acordo com a queixa mencionada, levando em consideração as dificuldades de aprendizagem notoriamente identificadas.

Sendo assim, serão direcionados a observar o elo que a criança estabelece com a aprendizagem através da leitura, da relação que estabelece entre ensinante e aprendente, por meio da análise de objetos, espaços, distância e tamanhos dos elementos, bem como sua relação vincular com a família diante das projeções expostas pelo inconsciente. Vale ressaltar os relatos expostos pelo aprendente durante a execução dos desenhos para analisar como se estabelece os vínculos afetivos, cognitivos e motores com o processo de ensino aprendizagem.

Com relação a sétima e oitava sessão desenvolvera as **Provas Pedagógicas Específicas**: Português e Matemática, nas duas sessões com o intuito de observar o desempenho escolar dos alunos nas respectivas áreas do conhecimento citadas a cima.

Todavia, as estratégias utilizadas para avaliação darão prioridade especificamente a testes de escrita e oralidade, envolvendo também questões relacionadas ao raciocínio lógico matemático, de forma lúdica através de jogos como quebra cabeça, dominó, pega varetas e demais jogos da caixa lúdica que estimulem o raciocínio do aprendente.

Através das estratégias utilizadas pelo psicopedagogo nas Provas Pedagógicas Específicas será possível estabelecer uma maior interação com o

aprendente, possibilitando um maior conhecimento de suas dificuldades e limitações por meio de situações atingidas pelos resultados. Utilizando a ludicidade poderá ser aspectos como reage a frustrações e se demonstra interesse pelas regras do jogo, noções de espaço e concentração.

Na nona sessão que é a **Anamnese**, será direcionada com objetivo de colher dados sobre o contexto familiar do sujeito, procurando relacionar fatos do passado, presente e projeções futuras. Não deixando de observar como esse sujeito é inserido em seu meio familiar e quais são as influências das gerações nesta família e no próprio sujeito.

Sendo assim a entrevista com a família (mãe), será a estratégia utilizada baseada principalmente na história de vida a criança, incluindo aspectos desde sua geração até os dias atuais. Para tanto utilizara como material a ficha de questionamentos de Anamnese Psicopedagógica e caneta esferográfica azul.

A **Devolutiva** que é a décima e última sessão, se dará através do diálogo verbalizado comunicando a mãe ou responsável pelo cliente, os resultados alcançados durante o processo investigativo ocorrido nas sessões anteriores.

É importante que o psicopedagogo demonstre segurança em suas colocações, de forma clara e objetiva para que a família possa entender o resultado da investigação. Portanto, se faz necessário que a instituição de ensino na qual o aprendente encontra-se inserido também tenha acesso a devolutiva em sua totalidade.

Na devolutiva deverão ser apresentadas as dificuldades e potencialidades do aprendente em seu processo de aprendizagem, sugerindo também estratégias e formas de trabalhar tais dificuldades a fim de saná-las. O Psicopedagogo deve enfatizar também a importância da interação entre família e escola no processo de aprendizagem da criança, motivando o sujeito a buscar as mais diversas formas de conhecimento.

Resultados e Discussão

Para entender os níveis de aprendizagem em que o sujeito se encontra, bem como dificuldades de aprendizagem já instaladas, foram realizadas onze sessões por meio de entrevista, aplicação de testes e observações, nas quais pode se identificar os níveis de aprendizagem em que se encontra o sujeito, bem

como os aspectos emocionais e afetivos que estão se refletindo em sua aprendizagem

Na realização da primeira sessão, que se deu através da entrevista contratual, afim de coletar dados com os responsáveis e buscar a queixa para que se possa entender a situação problema, pelo sujeito apresentada. Aconteceu por meio de diálogo com a mãe do aprendente, no qual mesma relatou que seu filho apresenta dificuldade na leitura e escrita, como também difícil adaptação ao ambiente escolar e ainda que é uma criança bastante agitada e que faz uso de uma medicação, para ficar mais calmo. Segundo a responsável tal comportamento do filho agravou-se bastante após a sua separação com o pai. A mãe afirma que já faz três anos de sua separação e que o filho ainda não conseguiu superar. Por falta de um contato mais próximo e afetivo, surgem as condutas caóticas e desordenadas, que se reflete em casa e quase sempre, também na escola em termo de indisciplina e de baixo rendimento escolar (Maldonado, 1997).

Nesse sentido, foi possível observar diante dos dados colhidos na sessão a existência de uma desestrutura familiar, seguida de uma carência de afeto por parte dos familiares com o sujeito, o que pode ter contribuído de forma negativa no processo de aprendizagem do sujeito.

Em seguida, foi realizada a EOCA, com a criança, que não apresentou nenhum tipo de constrangimento ou timidez, pelo contrário o tempo todo o aprendente dialogou e relatou histórias do seu cotidiano, sempre curioso e atento as consignas, executou todas as atividades propostas, porém afirmou não gostar de estudar, como também o fato de não saber ler, nem escrever. Com isso pode-se perceber que a criança encontra-se na modalidade de aprendizagem hiperassimilativa. Em seus relatos a criança falou sobre o pai de forma carinhosa demonstrando grande afeição pelo mesmo. Durante a sessão percebeu-se ainda que o sujeito não apresenta vínculo negativo com os objetos de aprendizagem, porém o mesmo está desmotivado e com baixa autoestima.

Segundo Fernandes (2001, p. 42),

A família também é responsável pela aprendizagem da criança, já que os pais são os primeiros ensinantes e as atitudes destes frente às emergências de autoria, se repetidas constantemente, irão determinar a modalidade de aprendizagem dos filhos.

Nessa perspectiva pode-se concluir que a criança sente bastante a

ausência do pai que talvez, crie falsas expectativas no filho. Paralelo a esse fator existe uma falta de motivação ligado ao desinteresse em aprender, o sujeito não se sente capaz de aprender e por isso, prefere dizer que não sabe e não consegue.

Nesse sentido Boruchovitch e Bzuneck (2009, p. 9), indica que,

A motivação tem sido entendida ora como um fator psicológico, ou conjunto de fatores, ora como um processo. Existe um consenso generalizado entre os autores quanto à dinâmica desses fatores psicológicos ou do processo, em qualquer atividade humana. Eles levam a uma escolha, instigam, fazem iniciar um comportamento direcionado a um objetivo.

Todavia pode-se perceber que a criança apresenta modalidade de aprendizagem hiperassimilativa, pois ao desenvolver a atividade está sempre trazendo outros assuntos, conversando e questionando, porém não costuma ouvir porque está formulando outra pergunta

Na realização das provas operatórias, que tem por finalidade investigar o nível cognitivo do sujeito, nesse encontro a criança apresentou um comportamento bem diferente do anterior, o mesmo demonstrou inquietação e agitação o tempo todo, se recusando a realizar algumas atividades que lhe foram solicitadas. Diante das provas aplicadas percebeu-se resultados satisfatórios na maioria das vezes, porém o aprendiz não conseguiu êxito em outras.

Nesse contexto, entende-se que, sua idade cronológica é compatível com faixa etária, mas, existe uma resistência diante do novo, como também um medo de errar, esse fator se projeta na criança de forma negativa, tendo em vista que, a mesma não possui confiança em si, negando-se o direito de descobrir coisas novas e se recusando a enfrentar desafios. Percebe-se que a criança já se autotulou como incapaz de aprender, pois toda hora relata não saber de nada.

Afetividade e compreensão para sentir-se segura nos processos de aprendizagem. Um ambiente desfavorável provoca a depreciação do amor, do sentimento de incapacidade e, conseqüentemente, um comportamento social comprometido (Casarin, 2007).

Nessa perspectiva faz necessário um alerta para investigar a ausência de laços afetivos por parte da família. Sendo que a criança necessita de um ambiente familiar acolhedor, segura e afetuoso para se desenvolver em todos os

seus aspectos.

Ainda em relação a aplicação de provas operatórias na quarta sessão, sendo elas: seriação de palitos, conservação de comprimento, mudança de critério e sucessão de eventos. Durante essa sessão a criança se portou de forma inquieta, mas sempre relatando fatos do seu cotidiano, na primeira prova o aprendente demonstrou desinteresse pela atividade, não prestando atenção e dando respostas incoerentes, apenas na prova de conservação a criança demonstrou domínio e interesse em participar da atividade. Nas demais, esteve o tempo todo desatento e se negando a realizar as atividades, podendo esse desânimo ter contribuído para o seu baixo desempenho nessas provas.

Ainda nesse encontro a criança relatou acontecimentos do passado e algumas situações no ambiente escolar como suas dificuldades na realização das tarefas escolares. Novamente pode-se concluir ao término dessa sessão que o sujeito apresenta condutas fugitivas diante do novo, negando-se a enfrentar novos desafios e sempre se auto rotulando como incapaz, se auto negando o direito de aprender, até mesmo antes de tentar fazê-lo.

Na realização da quinta sessão foram aplicadas duas provas projetivas sendo elas: par educativo e os quatro momentos do dia. Afim de investigar os vínculos que o sujeito pode estabelecer com os três grandes domínios: o escolar, o familiar e o consigo mesmo. No par educativo a criança apresentou empolgação ao desenhar ele e sua professora, já no segundo desenho embora tenha seguido a sequência da ordem, a criança desenhou de forma bem sucinta as cenas, a ilustração não apresentava muito colorido e nem riqueza de detalhes diferente da primeira.

Nessa sessão, pode-se perceber a partir das análises das ilustrações que, a criança apresenta vínculo positivo com a aprendizagem e com a professora apesar de suas dificuldades na leitura e na escrita. Já na segunda ilustração o aprendente deixou a entender de acordo com os tamanhos, cores e relatos, sobre o desenho, a criança não demonstra situações de empolgação durante as atividades que desenvolve no decorrer do dia. Aparecendo a maioria das vezes sozinho nas cenas. O que pode indicar ausência de vínculo afetivo com a família tendo em vista que em nenhuma de suas ilustrações os mesmos estão presentes.

Nesta mesma linha de raciocínio, Wallon (1975) argumenta que a

afetividade e a inteligência da criança devem caminhar juntas. Segundo Almeida (2005, p. 45), “o meio é uma circunstância necessária para a modelagem do indivíduo”. O meio interfere no desenvolvimento da criança, por isso que as relações afetivas são essenciais para a aprendizagem, pois a criança aprende com o que está do seu lado.

Na sexta sessão ainda utilizando as provas projetivas, que foram: família educativa e o dia do meu aniversário. O aprendente se mostrou empolgado para realização das atividades. Na primeira ilustração após a consigna o aprendente desenhou alguns membros da família realizando suas respectivas atividades de trabalho, ao descrever o desenho a criança relatou com precisão e coerência, os nomes de cada um, suas idades e as funções que cada um deles desempenhava, de acordo com a análise das ilustrações, percebeu-se que o desenho não apresentava riqueza de detalhes e nem muitas cores.

Também se identificou a ausência na ilustração de parentes que moravam na mesma casa com a criança, como suas irmãs, dando preferência a parentes que não residem com o mesmo, como seu pai, sua avó e uma tia que mora em outra cidade. Já na segunda ilustração a criança não se projetou como o aniversariante, mas existia uma diferença de tamanhos nas figuras em relação ao tamanho das mesmas, sem muitos detalhes e cores a criação foi realizada de forma rápida e simples. No entanto ao sugerir temas para as ilustrações o aprendente sempre verbalizava, mas negava-se a escrever ressaltando sempre que não sabia escrever.

Assim, Nascimento (2006, p. 2) afirma,

É na família que os indivíduos se relacionam e trocam experiências, visto que ela é, ao mesmo tempo, um espaço de conflito cooperativo e um espaço determinante de bem-estar através da distribuição de recursos, passando muitas vezes a refletir diretamente dúvidas, aspirações e questões pessoais. Na família os filhos e demais membros encontram o espaço que lhes garantem a sobrevivência, desenvolvimento, bem-estar e proteção integral através de aportes afetivos e, sobretudo, materiais.

Diante dos resultados colhidos nessa sessão, mais uma vez se confirma uma falta de afetividade entre o sujeito e os membros da família, uma vez que o mesmo não demonstra carinho e nem afeto, principalmente com as irmãs mais velhas que residem com ele, podendo assim existir indicativos de uma relação

conflitante entre a criança com as mesmas.

Na sétima sessão foram realizadas provas pedagógicas, afim de avaliar as capacidades básicas do sujeito com a aprendizagem, diversos teste foram aplicados entre eles: coordenação motora, noções de espaço e tempo, fonética e etc. Como sempre o aprendente chegou bastante entusiasmado, relatando sempre os fatos de seu cotidiano com coerência e coesão, inclusive que estava aprendendo a ler e a escrever. Durante a aplicação das provas a criança se mostrou interessada e apresentou resultados satisfatórios na maioria das provas, exceto em relação a ordem decrescente. No geral a criança apresentou um bom desempenho.

Tavares (2013, p.17) discorre que,

Os pais desempenham um papel fundamental na construção da autoestima dos filhos. Esse processo começa na infância. Mas, mesmo que a criança receba cuidados de boa qualidade e passe por experiências sociais positivas, na pré-adolescência e no início da adolescência certo desconforto em relação a si mesmo, é muito comum. Acrescenta ainda que “dar liberdade à criança para contar o que sente respeitar sua opinião e valorizar suas realizações são atitudes que ajudarão a formar um adulto confiante”.

Sendo assim fica evidente que o aprendente possui todas as capacidades básicas para aprender, ou seja suas dificuldades podem estar relacionadas a fatores externos ao sujeito como: má alfabetização, baixo autoestima, desmotivação, relações conflituosas com alguns membros da família, dificuldades de aceitar a separação dos pais entre outras.

Na realização da oitava sessão foi realizada a anamnese com a mãe, afim de entender o contexto histórico do sujeito, bem como as oportunidades de aprendizagem que lhe foram oferecidas. Durante a o diálogo com a responsável a mesma afirmou que o filho não foi planejado, mas que foi aceito por todos os membros da família como: o pai e suas duas filhas mais velhas. Relatou também ter sido acompanhada durante todo o período gestacional, o qual ocorreu de maneira tranquila. A mãe também relatou que a criança vivenciou todas as etapas da infância normalmente sem apresentar nada de anormalidade. Porém afirmou que a criança sempre foi bastante agitada e muito afetuosa ao pai que retribuía esse carinho.

No entanto, após sua separação a criança começou a apresentar

comportamentos agressivos e rebeldes. A mesma afirmou que o filho não queria aceitar a separação e que o mesmo sofreu bastante com isso. Em seus relatos falou que após o termino da relação, mudou de cidade com o filho, mas o mesmo não se adaptou ao ambiente escolar, ficando um período sem frequentar a escola. De volta à cidade de origem a mãe resolveu buscar ajuda psicológica para o filho, iniciando um acompanhamento. É importante ressaltar que esse período conturbado na vida do sujeito aconteceu justamente no período no qual o mesmo estava iniciando o seu processo de alfabetização.

Com relação ao acompanhamento psicológico, foram realizadas poucas sessões. Após passar por um profissional da psiquiatria a criança iniciou o uso de um medicamento para se acalmar, segundo a mãe, embora não tenha sido solicitado nenhum tipo de exame para comprovar um possível distúrbio. Atualmente a criança faz uso dessa medicação e já mudou de psiquiatra várias vezes. A responsável afirma que suspeita que o filho tenha imperatividade e que deseja leva-lo ao neurologista para que o mesmo possa ser diagnosticado.

Também em seus relatos a mãe confirma que a separação tenha contribuído para que o filho mudasse sua postura e comportamento e que após esse ocorrido a criança apresenta resistência para permanecer na escola, chegando a trocar de escola constantemente várias vezes durante o ano. Desta forma, Tavares (2013, p. 17) ressalta que, "A família é a primeira grande referência das crianças. Toda vez que elas fazem algo e dão o seu melhor, precisam que alguém reconheça a qualidade daquilo que foi realizado. E as pessoas mais importantes durante a infância são os pais".

Após a análise da sessão, percebeu-se a existência de uma grande desestrutura familiar, o que pode ter contribuído de forma negativa no processo de aprendizagem do sujeito, tendo em vista as dificuldades por ele encontradas de lidar com separação dos pais, mudança de cidade, mudança de escola e falta de acompanhamento necessário para que o mesmo conseguisse lidar com tal situação. Tudo isso atrelado a uma má alfabetização, já que toda essa situação conflitante aconteceu durante o processo de alfabetização da criança. Ou seja, mais uma vez vem se confirmar que as dificuldades de aprendizagem por ela apresentadas, parte de causas externas ao sujeito.

A nona sessão aconteceu por meio de observação em sala de aula, como também através de diálogo com a professora, afim de conhecer o sujeito em seu

ambiente escolar, bem como sua postura e dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelo mesmo. Ao observar a aula percebeu-se que o aprendiz possui um bom comportamento em sala, porém não demonstra interesse em realizar as atividades. Foi percebido também uma dificuldade na escrita em determinada atividade sugerida pela professora, ao não conseguir responder com autonomia, a criança solicitou a ajuda da professora, que escreveu a resposta dada por ele, para que o mesmo pudesse transcrever-la para o caderno.

Logo após o término da primeira questão o aprendiz não tentou resolver as demais, ficou colorindo as imagens que havia na atividade sem tentar responder as outras perguntas. E só após a professora escrever todas as respostas no quadro, o sujeito repassou para o caderno. Ao observar os materiais escolares da criança percebeu-se uma desorganização e pouco zelo. No entanto o caderno parecia ser bem utilizado, pois tinha várias páginas escritas. Na conversa com a professora, a mesma relatou que a criança é bastante inteligente, comunicativa e prestativa. Porém, a criança não vê a escola como um ambiente de aprendizagem, mas sim como uma obrigação.

Em seus relatos também falou da ausência da família tanto na escola, como nas atividades de casa. Afirmou também que a criança é muito carente e desmotivada, atribuindo suas dificuldades de leitura e escrita a fatores externos e que não identifica nenhum sintoma de distúrbio no aprendiz.

Fraga (2012, p.03) diz que,

O desempenho das crianças na escola depende, em grande parte, mas não exclusivamente, da participação e colaboração dos pais. Portanto as escolas devem buscar formas de parcerias com as famílias de seus alunos, para que juntos possam desenvolver uma educação proveitosa e de qualidade”.

Ao analisar a sessão pode-se perceber que, apesar das dificuldades de leitura e escrita apresentadas pelo sujeito, quando é acompanhado o mesmo consegue realizar as atividades. Porém sua falta de motivação atrelada as dificuldades existentes, estão lhe impedindo de aprender. Por não ser incentivado a aprender, principalmente no ambiente familiar a criança, deixou de acreditar em si, sentindo-se sempre incapaz. Esses fatores podem estar se refletindo de forma negativa na aprendizagem do sujeito, tendo em vista que a família deve ser uma grande incentivadora nos processos de aprendizagem da

criança para que a mesma sinta prazer ao fazê-lo.

Para certificar-se de que o sujeito não apresentava dificuldades motoras, que pudessem está se refletindo também nas dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo sujeito fez se necessário a realização de uma décima sessão com aplicação de provas pedagógicas, afim de analisar a percepção visual e mental do sujeito. Foram realizadas as provas de: exame motor, jogo de alfabetização e figuras absurdas. A criança chegou a sessão bem empolgada pelo fato de ter sido aprovado de ano, também relatou que iria comemorar com o pai sua aprovação. No decorrer das provas a criança apresentou um bom desempenho, não apresentando dificuldade em nenhuma.

Sendo assim, pode-se concluir dizendo que a criança de fato não apresenta nenhuma dificuldade motora, visual ou mental que esteja impossibilitando-a de aprender, necessitando apenas de estímulo por parte da escola, e principalmente da família para que o esmo possa retomar o gosto pela aprendizagem.

Considerações Finais

Com base nas análises, observações, provas e testes, desenvolvidas no decorrer das sessões, afim de, compreender as causas do sintoma que tem gerado a queixa. Portanto os resultados das várias atividades desenvolvidas apontaram problemas de aprendizagens relacionados ao fracasso escolar associado a fatores sociais e afetivos, ou seja, causas externas ao sujeito.

Sendo assim para que o aprendente possa obter sucesso e melhoria em sua aprendizagem, faz se necessário que, escola e família, desenvolvam um trabalho em parceria, como também os demais especialistas e profissionais que atendem o sujeito. Tendo em vista que só através de sintonia entre ambos será possível obter resultados satisfatórios em relação a aprendizagem significativa do sujeito.

Sabendo que a família, escola e os demais profissionais tem desenvolvido um bom trabalho, descreve-se algumas recomendações/sugestões com o objetivo de melhorar cada vez mais as condições, motivar, incentivar a construção e fortalecimento dos laços afetivos tanto na escola, como na família, afim de minimizar os reflexos dos problemas de aprendizagem já instalados no sujeito, para que o mesmo continue se desenvolvendo em todos os aspectos e obtenha sucesso, tanto no âmbito educacional como pessoal.

A família propõe-se fortalecer os laços afetivos, através do diálogo adequado, estimular a aprendizagem do sujeito e suas conquistas, para que o mesmo se sinta capaz e confiante em seu potencial; promover mais momentos de lazer entre os membros da família para fortalecer os laços afetivos; acompanhar e participar com mais frequência da vida escolar do filho, bem como reforçar nas atividades de casa. Já para escola sugere-se a elaboração de projetos que viabilizem a alfabetização do educando, despertando o interesse e o gosto pela leitura; busque trabalhar uma aprendizagem significativa de acordo com as necessidades de cada um; oferecer atividades que despertem o interesse pela escrita; promover ações nas quais as crianças sejam protagonistas e possam expor suas potencialidades, como também oferecer reuniões e eventos que possam fortalecer a parceria entre escola/família.

Para obter resultados ainda mais satisfatórios faz-se necessário ainda alguns encaminhamentos que possam contribuir para que o sujeito supere tais dificuldades de aprendizagem, bem como lidar com suas emoções e na resolução de conflitos, para que o mesmo tenha percas no seu processo de aprendizagem: Recomenda-se intervenção e acompanhamento psicopedagógico sujeito/família/escola, com intuito de desenvolver as potencialidades do sujeito, bem como minimizar as dificuldades de aprendizagens já existentes e prevenir futuras, que possam vir a surgir; Levar se possível a criança para um oftalmologista, afim de, diagnosticar se a possui algum problema de visão; Retomar as sessões de terapia com o psicólogo, para que a criança aprenda a lidar com suas emoções e frustrações ao longo da vida;

Recomenda-se que a criança passe uma avaliação de um neurologista para certifica-se através de exames, se a criança realmente necessita fazer o uso de tal medicamento.

Referências

- ALMEIDA, A.R.S. **A emoção na sala de aula**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, A. J. **A motivação do aluno contribuição da psicologia contemporânea**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- CASARIN, N. E. F. **Família e a Aprendizagem escolar**. Porto Alegre, 2007.
- FERNANDES, A. **O saber em jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FRAGA, F. R. **A participação dos pais no processo de escolarização dos filhos**. 2012. Disponível em: <http://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/a-participacao-dos-pais-no-processo-de-escolarizacao-dos-filhos>. Acesso em: 04 abr. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Editora Atlas. 2002.

MALDONADO, M T. **Comunicação entre pais e filhos: a linguagem do sentir**. São Paulo: Saraiva, 1997.

NASCIMENTO, A. M. **População e família Brasileira: Ontem e hoje**. Caxambu- MG – Brasil, 2006. Disponível em: http://143.107.236.240/disciplinas/SAP5846/populacao_familia_nascimento_abep06.pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.

SAMPAIO, S. **Manual Prático do Diagnóstico Psicopedagógico Clínico**. 1. ed. São Paulo: Wak Editora, 2009. 172 p.

TAVARES, Adriana. **A construção da autoestima**. Educar para crescer. São Paulo, p.47, Set.2013.

VISCA, Jorge. **Clínica Psicopedagógica: Epistemologia Convergente**. Porto Alegre: Artes médicas, 1987.

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Editorial Estampa 1975.

CAPÍTULO 3- O PROFESSOR ENQUANTO AGENTE LIBERTADOR NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: INTERLOCUÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS NAS EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Rogério Lopes Nicácio

Maria Moraes de Oliveira Alves

Adaci Estevam Ramalho Neto

Marcos Vitor Costa Castelhana

RESUMO: entende-se que o docente, considerando os seus múltiplos contextos experienciais, conservam em suas jornadas e práticas pedagógicas uma aura libertadora, localizadas para além dos vieses unilaterais-mecânicos, promovendo transformações e ressignificações formativas através das interações vinculares e acadêmicas nas estruturas educativas. Partindo dos pressupostos citados, o presente estudo discute sobre a importância do professor enquanto agente libertador mediante as contextualizações da educação contemporânea, promovendo reflexões e discussões entre as modalidades teórico-práticas e as experiências pedagógicas por intermédio das estruturas dialógicas e críticas nos cenários educacionais. Para isso, a metodologia de revisão narrativa foi empregada como ferramenta bibliográfica de pesquisa, valendo-se de artigos científicos, de capítulos de livros e obras especializadas voltadas a temática descrita, geralmente encontradas nas bases digitais do Google Acadêmico, Scielo, PePSIC e Portal CAPES. Sendo assim, definido as objetivações e as descrições gerais do estudo em questão, seguem os demais pontos reflexivos e discursivos acerca das potencialidades libertadoras intrínsecas as práticas docentes, levando em consideração as singularidades das experiências pedagógicas e os vieses teórico-práticos nas esquemáticas educativas.

Palavras-chave: Professor. Educação Libertadora. Educação Contemporânea.

INTRODUÇÃO

As elaborações educativas dos papéis significativos dos professores na educação contemporânea permeiam diferentes campos teórico-práticos, perspectivas e interacionais, servindo de força motriz para reflexões, apontamentos e direcionamentos pedagógicos para as atuações pedagógicas amplas na consolidação dos cenários do ensino-aprendizagem (Ferreira et al., 2024).

De tal modo, entende-se que o docente, considerando os seus múltiplos contextos experienciais, conservam em suas jornadas e práticas pedagógicas uma aura libertadora, localizadas para além dos vieses unilaterais-mecânicos, promovendo transformações e ressignificações formativas através das interações vinculares e acadêmicas nas estruturas educativas (Castelhana

et al., 2021).

Partindo dos pressupostos citados, o presente estudo discute sobre a importância do professor enquanto agente libertador mediante as contextualizações da educação contemporânea, promovendo reflexões e discussões entre as modalidades teórico-práticas e as experiências pedagógicas por intermédio das estruturações dialógicas e críticas nos cenários educacionais.

Para isso, a metodologia de revisão narrativa foi empregada como ferramenta bibliográfica de pesquisa, valendo-se de artigos científicos, de capítulos de livros e obras especializadas voltadas a temática descrita, geralmente encontradas nas bases digitais do Google Acadêmico, Scielo, PePSIC e Portal CAPES.

Sendo assim, definido as objetivações e as descrições gerais do estudo em questão, seguem os demais pontos reflexivos e discursivos acerca das potencialidades libertadoras intrínsecas as práticas docentes, levando em consideração as singularidades das experiências pedagógicas e os vieses teórico-práticos nas esquemáticas educativas.

DESENVOLVIMENTO

As jornadas vivenciais e profissionais que englobam as práticas docentes não se limitam a ministração de aulas direcionais, envolvendo, ao mesmo tempo, outras produções e atividades pedagógicas, tendo como objetivações associadas a formação integral do estudante, consolidando a apropriação dos conhecimentos científicos e da responsabilidade social em uma ótica de emancipação crítica (Libâneo, 2007).

Nesse sentido, as atuações do professor permeiam, sobretudo nos exercícios escolares, uma constante socialização de saberes, práticas e vivências dentro e fora da sala de aula, acolhendo os estudantes em suas dimensões individuais-coletivas, trazendo à tona a ideia do professor para além de uma postura explicativa ou transmissora (Libâneo, 1998).

Somado a isto, na medida que os processos educacionais se transformam, o professor também se torna alvo de tais resultantes interativas, demonstrando a importância da resignificação constante dos papéis, posturas e atuações docentes, lapidando caminhos críticos e dialógicos, indo de encontro com as proposições tradicionais (Gadotti, 2000; Simonetti, 2005; Ribeiro, 2006)

Para Freire (1996), o professor, para atingir esboços de uma educação libertadora, deve relativizar as suas próprias posturas de conhecimento, trazendo à tona a importância da valorização dos saberes e da historicidade do alunato, lapidando manejos educacionais e pedagógicos críticos e fomentadores da autonomia.

De tal modo, entende-se que o professor, considerando os diferentes papéis e pertinências nas relações educativas, é um detentor de uma aura libertadora e mediadora nas proposições educacionais na atualidade, servindo de força motriz para o protagonismo potencial e idiossincrática do alunato (Castelhana et al., 2021).

Em um apontamento semelhante, Castelhana e colaboradores (2020), permeando as contribuições nietzscheanas, abordam que os valores que regem os contextos educacionais devem ser transvalorados, visando a superação de paradigmas limitantes e ressentidos, estimulando o processo transformativo do sujeito em seus sentidos dialógicos por intermédio de uma educação libertadora.

Visando fortalecer tais cenários interativos, aponta-se a necessidade da organização e da implementação de diretrizes metodológicas pedagógicas de caráter vivencial e interativo, estimulando as relações significativas da tríade professor-aluno, ao mesmo tempo que lapida e amplia as formativas direcionais do ensino-aprendizagem (Castelhana et al., 2023a; Andrade et al., 2024).

No estudo de Ribeiro e colaboradores (2024), enfatiza-se que o professor, ao considerar os caminhos e os eixos relacionais e vivenciais nas práticas pedagógicas, integra esquemáticas didáticas e interativas essenciais para as dinâmicas educativas, visualizando os vínculos afetivos como parte integrais para a formação global do sujeito.

Dessa forma, os aportes afetivos e as dimensões socioemocionais se apresentam como dispositivos estruturantes nas ações pedagógicas dos professores nos diferentes e diversos cenários da Educação Básica – EB, auxiliando no desenvolvimento de habilidades e de competências emocionais, acadêmicas, cognitivas e socializadoras (Castelhana, 2024).

Ainda nesse raciocínio, Castelhana (2024) demonstra que existem fatores que possibilitam o manejo e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais nas atividades escolares a partir de elementos formativos do professor, sendo eles: 1- experiência profissional, 2- formações na área e a 3- atualização de

saberes e práticas dialógicas. Em tal contexto, o autor enfatiza a participação da comunidade escolar, demais profissionais e familiares, assim como políticas públicas associadas, como fatores pertinentes para a fortificação dos aspectos citados.

Outros pontos importantes que podem ser associados a lapidação de execuções potenciais na lapidação das disposições libertadoras nas atuações docentes, giram em torno de múltiplas facetas estruturais, a exemplo:

- 1- Da consolidação dos modelos críticos nos espaços educacionais e escolares, lapidando alternativas pedagógicas e psicológicas escolares voltadas a emancipação social dos estudantes, indo de encontro com os vieses diagnósticos, assistencialistas e psicométricos enquanto ênfases unilaterais nas estruturações educacionais na atualidade (Lima, 2005).
- 2- Do reconhecimento das esquemáticas bancárias como lógicas inseridas e abrangentes nas dinâmicas educativas, limitando as interlocuções do protagonista cidadão e crítico do alunato, visto aqui como depósito de saberes sistemáticas a partir de lógica de opressão (Freire, 1974).
- 3- Do domínio docente acerca das diretrizes curriculares, servindo de força motriz para a efetivação dialógica, contextualizada e adaptada dos elementos pedagógicos associados aos conteúdos programáticos (Castelhano et al., 2023b).
- 4- Das reflexões e dos entendimentos dos perfis docentes no século XXI, repensando os papéis interligados aos atos de ensinar e aprender na contemporaneidade, traçando novos caminhos direcionais para as práxis pedagógicas (Silva et al., 2023).

Para finalizar, pontua-se que o professor, para além dos espectros mecânico-tradicionais, constitui-se como uma agente central no desenvolvimento de campos interativos, críticos e dialógicos na fomentação de uma educação ampla, inclusiva e libertadora, englobando moldes metodológicos-vivenciais e as comunicações integradas com a comunidade

escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos elementos discutidos, fica evidente que o professor engloba um conjunto de potencialidades significativas para o desenvolvimento e acolhimento global e específico dos estudantes em seus sentidos individuais-coletivos, promovendo, considerando os eixos vivenciais, acadêmicos e interativos, a promoção da liberdade crítica e dialógica para além das instâncias da sala de aula.

De tal modo, explicita-se que o docente, como defendido por variados autores ao longo do texto científico, para estabelecer vínculos, experiências educativas e atuações pedagógicas assertivas nos âmbitos das formações cidadãos e críticas, deve ressignificar de forma contínua o sua posição operacional e didática, participando de forma ativa das interações com os interesses, as necessidades e as dinâmicas expressas pelo alunato e pela comunidade escolar.

Somado a isto, defende-se que, para que tais atuações docentes atingem os parâmetros e as potencialidades intrínsecas as jornadas educativas na educação contemporânea, faz-se necessária, como amplamente discutidos nos parágrafos anteriores, sobretudo nos recortes freirianos, a reestruturação dos paradigmas e das estruturas educacionais, tecendo ferramentas para a consolidação digna, dialógica e libertadores dos professores nos canários nacionais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. J. ; CASTELHANO, M. V. C. . A DÍADE PROFESSOR-ALUNO E AS REPERCURÇÕES NO ENSINO-APRENDIZAGEM: REFLEXÕES NA CONTEMPORANEIDADE. In: Railson Jácome de Andrade et al.. (Org.). O EDUCADOR EM FOCO: ENFOQUES METODOLÓGICOSVIVENCIAIS DIANTE DOS CAMPOS EDUCACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE. 1ed.Pombal-PB: Editora Verde - GVAA, 2024, v. 1, p. 29-37.

CASTELHANO, M. V. C.. AS AÇÕES PEDAGÓGICAS E A AFETIVIDADE COMO DISPOSITIVO METODOLÓGICO-VIVENCIAL DA PRÁTICA DOCENTE: UM OLHAR PSICOLÓGICO- ESCOLAR. 1. ed. São Bento-PB: CTP Editora,

2024. v. 1. 109p .

CASTELHANO, M. V. C.; BENEVIDES, D. S. ; MEDEIROS, G. F. ; ARAUJO, A. J. M. ; DINIZ, M. I. G. ; SILVA, A. B. S. ; COSTA, J. C. ; SANTOS, G. C. . O professor e a aura libertadora: um breve reflexão acerca do poder da aprendizagem. In: Naíola Paiva de Miranda; Cristiana Barcelos da Silva; Patrícia Gonçalves de Freitas. (Org.). Caminhos da formação docente: diálogos entre ensino, métodos e conhecimento em unidades de aprendizagem. 1ed.Rio de Janeiro: Editora e-Publicar, 2021, v. 3, p. 90-96.

CASTELHANO, M. V. C.; GONCALO, T. M. D. ; SILVA, R. P. ; PALITOT, M. A. F. F. ; GUIMARAES, J. A. A. ; JACOME, K. L. B. ; NOBREGA, V. L. M. ; FREITAS, C. D. F. ; SILVA, L. S. ; GUIMARAES, T. T. S. . O PROFESSOR E AS DIRETRIZES CURRICULARES: AS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS NA ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS. In: Marcos Vitor Costa Castelhana; Thaysa Maria Dantas Gonçalo; Reijane Pereira da Silva; Maria Aparecida de Freitas Furtado Palitot; José Alberto André Guimarães; Kalenia Lígia Bezerra Jácome; Vanja Luíza Marinho da Nóbrega; Carla Dayana Ferreira de Freitas;. (Org.). Os meios educacionais e as perspectivas contemporâneas: exposições dialógica. 1ed.Belém-PA: RFB Editora, 2023b, v. 1, p. 11-20.

CASTELHANO, M. V. C.; SANTOS, P. F. ; LUCIO, A. S. ; MEDEIROS, A. C. ; MARACAJA, P. B. . A relação professor-aluno e as diretrizes metodológicaspedagógicas atuais: uma revisão narrativa. REVISTA COOPEX, v. 14, p. 3244-3252, 2023a.

CASTELHANO, Marcos Vitor C.; SANTOS, Gerlane C.; CÂMARA, Maria G. P.; RODRIGUEZ, Isdeolândia P. de A.; NUNES, Eliane D. de S.. O Übermensch e a Educação Libertadora: Um Recorte Nietzscheano. In: NETA, Josefa G. (org.). É na educação que se constrói a transformação. João Pessoa: Libellus Editorial, 2020. p. 68-73.

FERREIRA, C. S. ; ALVES, R. C. M. ; FREITAS, O. S. D. ; CASTELHANO, MARCOS VITOR COSTA ; RAMALHO NETO, A. E. ; MEDEIROS, E. S. . AS SIGNIFICÂNCIAS DOS PAPÉIS DO PROFESSOR NAS ELABORAÇÕES EDUCATIVAS: REFLEXÕES SOBRE A APRENDIZAGEM. In: Marcos Vitor Costa Castelhana e colaboradores. (Org.). TEMAS EDUCACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE: EXPOSIÇÕES DIALÓGICAS. 1ed.Belém-PA: RFB

Editora, 2024, v. 1, p. 49-56.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê?. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora: as novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Aline Ottoni Moura Nunes de. Breve histórico da Psicologia Escolar no Brasil. Revista Psicologia Argumento (PUCPR), 2005. , v. 23, n. 42 p. 17-23.

RIBEIRO, Antonio. A Escola como forma de exclusão social do aluno. Sobral, Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2006.

RIBEIRO, W. R. ; CASTELHANO, MARCOS VITOR COSTA ; SOUSA, A. ; SILVA, J. T. S. E. ; GUIMARAES, T. T. S. ; ALMEIDA, F. C. S. ; SILVA, W. S. ; SILVA, A. M. ; MEDEIROS, M. F. ; SILVA, M. D. P. . O PROFESSOR E OS EIXOS RELACIONAIS-AFETIVOS NA SALA DE AULA: DIÁLOGOS INTERATIVOS NA CONTEMPORANEIDADE. In: Marcos Vitor Costa Castelhana e colaboradores. (Org.). EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA E AS SUAS VIGÊNCIAS TEMÁTICAS: TRABALHOS SELECIONADOS. 1ed.Pombal-PB: Editora Verde - GVAA, 2024, v. 1, p. 39- 46.

SILVA, A. F. ; ANDRADE, G. D. ; BARROS, E. D. J. ; FERREIRA, S. P. ; CASTELHANO, M. V. C. ; RAMALHO NETO, A. E. . O PERFIL DO PROFESSOR NO SÉCULO XXI: REPENSANDO A PRÁXIS PEDAGÓGICA. In: Marcos Vitor Costa Castelhana; NETO, A. . R.; SANTOS, J. K. J.; OLIVEIRA, F. R.; SANTOS, P. F.; ARAÚJO, E. C. C.; DINIZ, L. O.; ANDRADE, G. D.; BARROS, E. D. J.; SILVA, A. F.; FERREIRA, S. P.. (Org.). OS CONTEXTOS EDUCACIONAIS DIANTE DAS ENTRELINHAS DA ATUALIDADE: DIÁLOGOS EM CONSTRUÇÃO. 1ed.Belém-PA: RFB Editora, 2023, v. 1, p. 47-60.

SIMONETTI, Amália. O desafio de alfabetizar e letrar. Fortaleza: Edição Livro Técnico, 2005.

SOBRE OS ORGANIZADORES

ROGERIO LOPES NICÁCIO

Profissional com ampla experiência na área de Tecnologia da Informação, atuando como gerente de TI, professor e engenheiro de qualidade de software (QA).

MARCOS VITOR COSTA CASTELHANO

Mestre em Ciências da Educação pela WUE, tendo diploma reconhecido no Brasil na área de Ensino pela UNIMES. Coordenador do curso de Psicologia da Faculdade Sucesso – FACSU.

MARIA MORAES DE OLIVEIRA ALVES

Curso superior- Pedagogia- UEPB. Especialização- Inclusão Escolar- FIP. Mestrado em Ciências da Educação

FLAMARION ROGERS DE MACEDO

licenciado em Pedagogia pelas Faculdades Integradas de Patos (2011), pós-graduado em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar pelo Instituto de Educação do CECAP (2019), e especialista em Gestão e Organização da Escola com ênfase em Coordenação e Orientação Escolar pela Faculdade Focus (2022). Atualmente é mestrando em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

RITA DE CÁSSIA DE SOUSA BARBOSA

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

PATRÍCIO BORGES MARACAJÁ

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal da Paraíba concluído em (1981) e Graduado em Teologia pelo Cenpacre (2007), efetuou o doutorado (1991 - 1995) recebendo o título de Doutor Engenheiro Agrônomo pela Universidad de Córdoba - España em (1995)

ALINE CARLA DE MEDEIROS

Licenciada em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, concluído em 2008; Especialista em Educação Ambiental pelas Faculdades Integradas de Patos 73 (FIP), concluído no ano de 2011; Mestre em Sistemas Agroindustriais, pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG/Pombal-PB, concluído em 2014 e Doutora em Engenharia de Processos pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, concluído em 2020.

FLÁVIO FRANKLIN FERREIRA DE ALMEIDA

Possui Mestrado em Economia da Empresa (aprovado com distinção) pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB (2004). Graduado em Ciências Econômicas - (2001).

ADACI ESTEVAM RAMALHO NETO

Mestre em Ciências da Educação pela WUE, tendo diploma reconhecido no Brasil na área de Ensino pela UNIMES. Professor do curso de Pedagogia na Faculdade Sucesso - FACSU

OLENDINA BONET DE QUEIROZ

Graduada em Letras Língua e Literatura Espanhola pela Universidade Federal do Amazonas. Especialização em Gestão em Sistema Educacional pela Universidade Estadual de Roraima. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University.
bonet.olendina@gmail.com

JORDANHA DA SILVA LEANDRO

Professora da Educação Infantil na Colégio CEMO JÚNIOR, localizado na cidade São Bento-PB